

**CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL**  
Lei 8.662/1993 de Regulamentação Profissional

**CÓDIGO DE ÉTICA DEL/DE LA TRABAJADOR/A SOCIAL**  
Ley 8.662/1993 de Reglamentación Profesional

**CODE OF ETHICS OF THE SOCIAL WORKER**  
Profession Regulation Law 8,662/1993

**EDIÇÃO TRILINGUE**  
**EDICIÓN TRILINGÜE**  
**TRILINGUAL EDITION**

**2019**  
BRASIL/BRAZIL



**CFESS**  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL  
CONSEJO FEDERAL DE  
TRABAJO SOCIAL  
NATIONAL COUNCIL OF  
SOCIAL WORK

**CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL**  
Lei 8.662/1993 de Regulamentação Profissional

**CÓDIGO DE ÉTICA DEL/DE LA TRABAJADOR/A SOCIAL**  
Ley 8.662/1993 de Reglamentación Profesional

**CODE OF ETHICS OF THE SOCIAL WORKER**  
Profession Regulation Law 8,662/1993

**EDIÇÃO TRILINGUE**  
**EDICIÓN TRILINGÜE**  
**TRILINGUAL EDITION**



**CFESS**  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL  
CONSEJO FEDERAL DE  
TRABAJO SOCIAL  
NATIONAL COUNCIL OF  
SOCIAL WORK



<b>SUMÁRIO</b>	<b>CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL LEI 8.662/1993 DE REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL</b>
	Ficha técnica / Diretoria <b>5</b>
	Apresentação à edição trilingue (2019) <b>7</b>
	Apresentação à edição de 2011 <b>8</b>
	Apresentação à edição de 1996 <b>10</b>
	Resolução CFESS nº273/1993 <b>11</b>
	Lei 8.662/1993 <b>30</b>
	Lei 12.317/2010 <b>38</b>
<b>SUMÁRIO</b>	<b>CÓDIGO DE ÉTICA DEL/DE LA TRABAJADOR/A SOCIAL LEY 8.662/1993 DE REGLAMENTACIÓN PROFESIONAL</b>
	Ficha técnica / Dirección <b>39</b>
	Presentación a la edición trilingüe (2019) <b>41</b>
	Presentación a la edición de 2011 <b>42</b>
	Presentación a la edición de 1996 <b>44</b>
	Resolución CFESS nº273/1993 <b>45</b>
	Ley 8.662/1993 <b>64</b>
	Ley 12.317/2010 <b>73</b>
<b>SUMMARY</b>	<b>CODE OF ETHICS OF THE SOCIAL WORKER PROFESSION REGULATION LAW 8,662/1993</b>
	Technical file / Director Board <b>75</b>
	Presentation to the trilingual edition (2019) <b>77</b>
	Presentation to the 2011 edition <b>78</b>
	Presentation to the 1996 edition <b>80</b>
	CFESS Resolution No. 273/1993 <b>81</b>
	Law 8,662 / 1993 <b>99</b>
	Law 12,317 / 2010 <b>107</b>



# CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL

## Lei 8.662/1993 de Regulamentação Profissional

### CÓDIGO DE ÉTICA DO /A ASSISTENTE SOCIAL\* - TRILINGUE LEI 8.662/1993 DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

\*Aprovado em 13 de Março de 1993, com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011.

10ª Edição Revista e Atualizada

Texto com adequação de linguagem de gênero, conforme deliberação do 39º Encontro Nacional CFESS-CRESS

#### FICHA TÉCNICA (1997)

**Organização:** Comissão de Divulgação e Imprensa do CFESS

**Programação visual e capa:** Márcia Carnaval - obra "fardão", de Arthur Bispo do Rosário

**Revisão:** José Eudes

**Comissão de Reformulação do Código de Ética (1996/1999):** Beatriz Augusto Paiva (RJ), José Paulo Netto (RJ), Lucia Barroco (SP), Marlise Vinagre Silva (RJ) e Mione Apolinário Sales - RJ

**Assessoria jurídica:** Sylvia Helena Terra (SP)

**Assessoria legislativa:** Walter Bloise - RJ

#### FICHA TÉCNICA (EDIÇÃO TRILINGUE 2019)

**Organização**

**Comissão de Relações Internacionais:** Tânia Diniz (coordenadora), Daniela Neves, Franciele Piva, Joseane Couri e Neimy Batista. **Assessoria especial:** Cristina Abreu

**Comissão de Comunicação:** Lylia Rojas (coordenadora), Daniela Neves, Daniela

Castilho e Joseane Couri. **Assessoria de comunicação:** Diogo Adjuto e Rafael Werkema

**Diagramação:** Ideorama

**Projeto gráfico e capa:** Rafael Werkema - obra "fardão", de Arthur Bispo do Rosário

Copyright © 1993/2019 by CFESS



#### Nosso endereço

SHS Quadra 6 - Bloco E - Complexo Brasil 21

20º Andar - Sala 2001

CEP: 70322-915 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3223-1652 - E-mail: cfess@cfess.org.br

Site: www.cfess.org.br

## Diretoria Triênio 1990/1993

**Presidente** Marlise Vinagre Silva (RJ)

**Vice-Presidente** Umbelina Maria Urias Novais (PE)

**1ª Secretária** Laura R. M. F. Lemos Duarte (DF)

**2ª Secretária** Eda G. de Barros Lima (DF)

**1ª Tesoureira** Carlos Magno Nunes (RS)

**2ª Tesoureira** Valéria M. de Massarani (GO)

### CONSELHO FISCAL

Maria Isabel Nobre Fernandes (SP), Clarissa Andrade Carvalho (SE) e Maria Lúcia da Fonseca (RN)

### SUPLENTE

Maria Inês Bertão (SP)

Dilséa Adeodata Bonetti (SP)

Maria Carmelita Yazbek (SP)

Maria da Graça Soares Prola (AM)

Lina Sandra Ferreira de Lemos (MG)

Célia Maria Campos (SC)

Eliana de Oliveira (GO)

## Diretoria Triênio 1996/1999

**Presidente** Valdete de Barros Martins (MS)

**Vice-Presidente** Hilda Correa de Oliveira (RJ)

**1ª Secretária** Ana Lígia Gomes (DF)

**2ª Secretária** Maria Elizabeth Santana Borges (BA)

**1ª Tesoureira** Beatriz Augusto de Paiva (SC)

**2ª Tesoureira** Zenite da Graça Boguea Freitas (DF)

### CONSELHO FISCAL

Luziele Maria de Souza Tapajós (SC), Ieda Maria Nobre de Castro (CE) e Carlos Alberto Maciel (PA)

### SUPLENTE

Maria Lúcia da Silva Barroco (SP)

Mione Apolinário Sales (RJ)

Claudinéa Ferreira Jacinto (MG)

Cláudia Maria L'Amour da Silva Pereira (PE)

Elaine Rossetti Behring (RJ)

Marta Borba Silva (RS)

Maisa Miralva da Silva (GO)

Israïld Giacometti Chinali (SP)

Ana Maria Arreguy Mourão (MG)

## Diretoria Triênio 2017/2020

### É de batalhas que se vive a vida!

**Presidente** Josiane Soares Santos (SE)

**Vice-presidente** Daniela Neves (RN)

**1ª Secretária** Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)

**2ª Secretária** Daniela Möller (PR)

**1ª Tesoureira** Cheila Queiroz (BA)

**2ª Tesoureira** Elaine Pelaez (RJ)

### CONSELHO FISCAL

Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

### SUPLENTE

Solange da Silva Moreira (RJ)

Daniela Ribeiro Castilho (PA)

Régia Prado (CE)

Magali Régis Franz (SC)

Lylia Rojas (AL)

Mauricleia Santos (SP)

Joseane Couri (DF)

Neimy Batista da Silva (GO)

Jane Nagaoka (AM)

# APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO TRILINGUE (2019)

A iniciativa de traduzir o Código de Ética do/a Assistente Social para as línguas inglesa e espanhola foi motivada pela importância de reafirmar, para além das fronteiras brasileiras, sua atualidade histórica na orientação de uma profissão que tem um projeto ético político, e cuja direção social está alicerçada em princípios e valores emancipatórios. Nesse sentido, queremos socializar este instrumento normativo ético com o objetivo de fortalecer e contribuir com a agenda política do trabalho profissional do/a assistente social, cuja direção crítica coloca-se no campo da resistência e da luta pela liberdade e pelos direitos e na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Cabe registrar que, se o Código de Ética do/a Assistente Social materializa o projeto ético político profissional por um lado, por outro, ele expressa o legado de assistentes sociais brasileiros/as que, à revelia das contradições da sociabilidade do capital, têm a coragem e a utopia de lutar por uma formação e exercício profissional com qualidade e afirmar compromissos e responsabilidades cujos fundamentos emancipatórios e princípios éticos sustentam o repúdio a situações que reproduzem a desigualdade e diversas formas de exploração, opressão, preconceito, discriminação e violência.

Brasília, junho de 2019

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Gestão É de batalhas que se vive a vida (2017-2020)



# APRESENTAÇÃO

## À EDIÇÃO DE 2011

A presente edição do Código de Ética do/a Assistente Social e da Lei 8662/93, revista e ampliada, incorpora as alterações do Código discutidas e aprovadas no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em setembro de 2010 na cidade de Florianópolis (SC), e inclui as modificações na Lei de Regulamentação da Profissão, decorrentes da aprovação da Lei 12.317/10, que instituiu a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para assistentes sociais.

As alterações procedidas no Código de Ética que ora publicamos se adequam às correções formais e de conteúdo, conforme consignadas na Resolução CFESS 594 de 21 de janeiro de 2011, publicada no DOU em 24 de janeiro deste ano.

As correções formais dizem respeito à incorporação das novas regras ortográficas da língua portuguesa, assim como à numeração sequencial dos princípios fundamentais do Código e, ainda, ao reconhecimento da linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina, simultaneamente. Essa última expressa, para além de uma mudança formal, um posicionamento político, tendo em vista contribuir para negação do machismo na linguagem, principalmente por ser a categoria de assistentes sociais formada majoritariamente por mulheres.

Do ponto de vista do conteúdo, as mudanças procedidas foram relativas à modificação de nomenclatura, substituindo o termo “opção sexual” por “orientação sexual”, incluindo ainda no princípio XI a “identidade de gênero”, quando se refere ao exercício do serviço social sem ser discriminado/a nem discriminar por essa condição, juntamente com as demais condições já explicitadas no texto. Essas alterações são de suma importância, pois reafirmam princípios e valores do nosso Projeto Ético-Político e incorporam avanços nas discussões acerca dos direitos da população LGBT pela livre orientação e expressão sexu-

al. Portanto, as mudanças aqui expressas são resultado de discussões no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, em especial na temática da ética e dos direitos humanos.

Estes instrumentos normativos, que ora rerepresentamos, são a materialização do Projeto Ético-Político profissional construído nos últimos 30 anos no seio da categoria, haja vista que formulados para dar sustentação legal ao exercício profissional dos/as assistentes sociais, mas que não se restringem a essa dimensão. Pelo contrário, fortalecem e respaldam as ações profissionais na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista.

Brasília, janeiro de 2011

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008/11)

# APRESENTAÇÃO

## À EDIÇÃO DE 1996

Esta nova edição do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulação da Profissão (Lei 8662/93), revisada e ampliada, busca contemplar a inclusão das alterações referentes à Resolução do CFESS nº333/96, a qual incidu sobre o Art. 25 do Código de Ética, de acordo com a deliberação do XXV Encontro Nacional CFESS/CRESS (Setembro de 1996 - Fortaleza/CE).

Nesta nova edição tivemos o intuito também de apresentar uma nova programação visual deste instrumento normativo, que possa propiciar uma percepção mais completa e imediata dos valiosos conteúdos que emanam dos artigos, alíneas e incisos aqui reunidos.

Assim sendo, a concepção da capa não é, em absoluto, aleatória. A figura lendária de Arthur Bispo do Rosário significa a homenagem do CFESS a cada usuário das políticas e serviços sociais, em nome do respeito, qualidade e responsabilidade nos termos dos princípios firmados por este Código que nossa ética profissional pretende assegurar. A imagem de Bispo procura ainda reconhecer e enaltecer os esforços dos vários segmentos sociais, políticos e profissionais que se mobilizam pelo compromisso ético com a liberdade, equidade e democracia.

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Gestão 1996/99

# RESOLUÇÃO CFESS Nº 273 DE 13 DE MARÇO DE 1993

Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com a deliberação do Conselho Pleno, em reunião ordinária, realizada em Brasília, em 13 de março de 1993,

Considerando a avaliação da categoria e das entidades do Serviço Social de que o Código homologado em 1986 apresenta insuficiências;

Considerando as exigências de normatização específicas de um Código de Ética Profissional e sua real operacionalização;

Considerando o compromisso da gestão 90/93 do CFESS quanto à necessidade de revisão do Código de Ética;

Considerando a posição amplamente assumida pela categoria de que as conquistas políticas expressas no Código de 1986 devem ser preservadas;

Considerando os avanços nos últimos anos ocorridos nos debates e produções sobre a questão ética, bem como o acúmulo de reflexões existentes sobre a matéria;

Considerando a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social;

Considerando que o XXI Encontro Nacional CFESS/CRESS referendou a proposta de reformulação apresentada pelo Conselho Federal de Serviço Social;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Código de Ética Profissional do assistente social em anexo.

Art. 2º O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, deverá incluir nas Carteiras de Identidade Profissional o inteiro teor do Código de Ética.

Art. 3º Determinar que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social procedam imediata e ampla divulgação do Código de Ética.

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução CFESS nº 195/86, de 09.05.86.

Brasília, 13 de março de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA

A.S. CRESS Nº 3578 7ª Região/RJ Presidente do CFESS

# INTRODUÇÃO

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania. Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência ressituiu as questões do seu compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços.

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou, no Brasil, um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

A dinâmica deste processo que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. No plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”, e afirmação de um novo perfil do/a técnico/a, não mais um/a agente subalterno/a e apenas executivo/a, mas um/a profissional competente teórica, técnica e politicamente.

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988),

passou a exigir uma melhor explicitação do sentido imanente do Código de 1986. Tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional.

A necessidade da revisão do Código de 1986 vinha sendo sentida nos organismos profissionais desde fins dos anos oitenta. Foi agendada na plataforma programática da gestão 1990/1993 do CFESS. Entrou na ordem do dia com o I Seminário Nacional de Ética (agosto de 1991) [perpassou o VII CBAS (maio de 1992) e culminou no II Seminário Nacional de Ética (novembro de 1992)], envolvendo, além do conjunto CFESS/ CRESS, a ABESS, a ANAS e a SESSUNE. O grau de ativa participação de assistentes sociais de todo o país assegura que este novo Código, produzido no marco do mais abrangente debate da categoria, expressa as aspirações coletivas dos/as profissionais brasileiros/as.

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/ organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática

social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

## **Princípios Fundamentais**

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;



- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

## TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social:

- a - zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;
- b - introduzir alteração neste Código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais;
- c - como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.

Parágrafo único Compete aos Conselhos Regionais, nas áreas de suas respectivas jurisdições, zelar pela observância dos princí-

pios e diretrizes deste Código, e funcionar como órgão julgador de primeira instância.

## **TÍTULO II**

### **DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

Art. 2º Constituem direitos do/a assistente social:

- a - garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b - livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c - participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d - inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e - desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f - aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g - pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h - ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i - liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Art. 3º São deveres do/a assistente social:

- a - desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b - utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c - abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d - participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Art. 4º É vedado ao/à assistente social:

- a - transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;
- b - praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais;
- c - acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código;
- d - compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos/às profissionais;
- e - permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a;
- f - assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente;

- g - substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;
- h - pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;
- i - adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento;
- j - assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação.

## **TÍTULO III**

### **DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS**

#### **CAPÍTULO I**

Das Relações com os/as Usuários/as

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

- a - contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b - garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c - democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;

- d - devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e - informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f - fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g - contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h - esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Art. 6º É vedado ao/à assistente social:

- a - exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses;
- b - aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário/a, para obter vantagens pessoais ou para terceiros;
- c - bloquear o acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Relações com as Instituições Empregadoras e outras**

Art. 7º Constituem direitos do/a assistente social:

- a - dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;
- b - ter livre acesso à população usuária;
- c - ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais;
- d - integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Art. 8º São deveres do/a assistente social:

- a - programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;
- b - denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;
- c - contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;
- d - empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais;
- e - empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos/as usuários/as.

Art. 9º É vedado ao/à assistente social:

- a - emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;

- b - usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos;
- c - utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

### **CAPÍTULO III**

#### **Das Relações com Assistentes Sociais e outros/as Profissionais**

Art. 10 São deveres do/a assistente social:

- a - ser solidário/a com outros/as profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;
- b - repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;
- c - mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as;
- d - incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- e - respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões;
- f - ao realizar crítica pública a colega e outros/ as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.

Art. 11 É vedado ao/à assistente social:

- a - intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro/a profissional, salvo a pedido desse/a profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação

ao/à profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada;

- b - prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade;
- c - ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro/a profissional;
- d - prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro/a profissional.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Relações com Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil**

Art.12 Constituem direitos do/a assistente social:

- a - participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional;
- b - apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Art. 13 São deveres do/a assistente social:

- a - denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os/as usuários/as ou profissionais;
- b - denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência,



discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã;

- c - respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

Art. 14 É vedado ao/à assistente social valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros/as.

## **CAPÍTULO V**

### **Do Sigilo Profissional**

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único: Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

Parágrafo único: A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das Relações do/a Assistente Social com a Justiça Art. 19** **São deveres do/a assistente social:**

- a - apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código;
- b - comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a prestar depoimento, para declarar que está obrigado/a a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

Art. 20 É vedado ao/à assistente social:

- a - depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado;
- b - aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

## **TÍTULO IV**

### **Da Observância, Penalidades, Aplicação e Cumprimento deste Código**

Art. 21 São deveres do/a assistente social:

- a - cumprir e fazer cumprir este Código;
- b - denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da Profissão, infrações a princípios e diretrizes deste Código e da legislação profissional;

- c - informar, esclarecer e orientar os/as estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 22 Constituem infrações disciplinares:

- a - exercer a Profissão quando impedido/a de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício ao/às não inscritos/as ou impedidos/as;
- b - não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado/a;
- c - deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado/a;
- d - participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional;
- e - fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

## **Das Penalidades**

Art. 23 As infrações a este Código acarretarão penalidades, desde a multa à cassação do exercício profissional, na forma dos dispositivos legais e/ ou regimentais.

Art. 24 As penalidades aplicáveis são as seguintes:

- a - multa;
- b - advertência reservada;
- c - advertência pública;
- d - suspensão do exercício profissional;

e - cassação do registro profissional.

Parágrafo único: Serão eliminados/as dos quadros dos CRESS aqueles/as que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

Art. 25 A pena de suspensão acarreta ao/à assistente social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos.

Parágrafo único: A suspensão por falta de pagamento de anuidades e taxas só cessará com a satisfação do débito, podendo ser cassada a inscrição profissional após decorridos três anos da suspensão.

Art. 26 Serão considerados na aplicação das penas os antecedentes profissionais do/a infrator/a e as circunstâncias em que ocorreu a infração.

Art. 27 Salvo nos casos de gravidade manifesta, que exigem aplicação de penalidades mais rigorosas, a imposição das penas obedecerá à gradação estabelecida pelo artigo 24.

Art. 28 Para efeito da fixação da pena serão considerados especialmente graves as violações que digam respeito às seguintes disposições:

artigo 3º - alínea c;

artigo 4º - alínea a, b, c, g, i, j; artigo 5º - alínea b, f;

artigo 6º - alínea a, b, c; artigo 8º - alínea b;

e artigo 9º - alínea a, b, c; artigo 11 - alínea b, c, d;

artigo 13 - alínea b; artigo 14;

artigo 16;

artigo 17;

Parágrafo único do artigo 18; artigo 19 - alínea b;

artigo 20 - alínea a, b

Parágrafo único: As demais violações não previstas no “caput”, uma vez consideradas graves, autorizarão aplicação de penalidades mais severas, em conformidade com o artigo 26.

Art. 29 A advertência reservada, ressalvada a hipótese prevista no artigo 33 será confidencial, sendo que a advertência pública, suspensão e a cassação do exercício profissional serão efetivadas através de publicação em Diário Oficial e em outro órgão da imprensa, e afixado na sede do Conselho Regional onde estiver inserido/a o/a denunciado/a e na Delegacia Seccional do CRESS da jurisdição de seu domicílio.

Art. 30 Cumpre ao Conselho Regional a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares.

Art. 31 Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso com efeito suspensivo ao CFESS.

Art. 32 A punibilidade do assistente social, por falta sujeita a processo ético e disciplinar, prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da verificação do fato respectivo.

Art. 33 Na execução da pena de advertência reservada, não sendo encontrado o/a penalizado/a ou se este/a, após duas convocações, não comparecer no prazo fixado para receber a penalidade, será ela tornada pública.

§1º A pena de multa, ainda que o/a penalizado/a compareça para tomar conhecimento da decisão, será publicada nos termos do artigo 29 deste Código, se não for devidamente quitada no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da cobrança judicial.

§2º Em caso de cassação do exercício profissional, além dos editais e das comunicações feitas às autoridades competentes interessadas no assunto, proceder-se-á a apreensão da Carteira e Cédula de Identidade Profissional do/a infrator/a .

Art. 34 A pena de multa variará entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo do seu décuplo.

Art. 35 As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social “ad referendum” do Conselho Federal de Serviço Social, a quem cabe firmar jurisprudência.

Art. 36 O presente Código entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA

Presidente do CFESS

Publicado no Diário Oficial da União N 60, de 30.03.93, Seção I, páginas 4004 a 4007 e alterado pela Resolução CFESS n.º 290, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 1994.

# LEI N º 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993

Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

- I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;
- II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;
- III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.

Art. 3º A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:



- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos semelhantes sobre assuntos de Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII -ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais. (Incluído pela Lei nº 12.317, de 2010).

Art. 6º São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Art. 7º O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

1º Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.

2º Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta lei.

Art. 8º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

- I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;
- II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;
- III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

- IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;
- VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;
- VIII - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;
- IX - [Vetado].

Art. 9º O fórum máximo de deliberação da profissão para os fins desta lei dar-se-á nas reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais, que inclusive fixarão os limites de sua competência e sua forma de convocação.

Art. 10. Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

- I - organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;
- II - fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;
- III - expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;
- IV - zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;
- V - aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;
- VI - fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;

VII - elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/ CRESS.

Art. 11. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) terá sede e foro no Distrito Federal.

Art. 12. Em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, haverá um Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

1º Nos Estados ou Territórios em que os profissionais que neles atuam não tenham possibilidade de instalar um Conselho Regional, deverá ser constituída uma delegacia subordinada ao Conselho Regional que oferecer melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação, ouvido o órgão regional e com homologação do Conselho Federal.

2º Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.

Art. 13. A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.

Art. 14. Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

Parágrafo único. Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.

Art. 15. É vedado o uso da expressão Serviço Social por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas

nos arts. 4º e 5º desta lei.

Parágrafo único: As pessoas de direito público ou privado que se encontrem na situação mencionada neste artigo terão o prazo de noventa dias, a contar da data da vigência desta lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a seu integral cumprimento, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Art. 16. Os CRESS aplicarão as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei:

- I - multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente;
- II - suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta;
- III - cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

1º Provas de participação ativa ou convivência de empresas, entidades, instituições ou firmas individuais nas infrações a dispositivos desta lei pelos profissionais delas dependentes, serão estas também passíveis das multas aqui estabelecidas, na proporção de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

2º No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.

Art. 17. A Carteira de Identificação Profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), servirá de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identidade Pessoal, e terá fé pública em todo o território nacional.

Art. 18. As organizações que se registrarem nos CRESS receberão um certificado que as habilitará a atuar na área de Serviço Social.

Art. 19. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) será mantido:

- I - por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo instituído pelo art. 9º desta lei;
- II - por doações e legados; III - por outras rendas.

Art. 20. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) contarão cada um com nove membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros e três membros do Conselho Fiscal, e nove suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais, por via direta, para um mandato de três anos, de acordo com as normas estabelecidas em Código Eleitoral aprovado pelo fórum instituído pelo art. 9º desta lei.

Parágrafo único. As delegacias seccionais contarão com três membros efetivos: um Delegado, um Secretário e um Tesoureiro, e três suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais da área de sua jurisdição, nas condições previstas neste artigo.

Art. 21. (Vetado).

Art. 22. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

Brasília, 7 de junho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Walter Barelli

# LEI Nº 12.317, DE 26 DE AGOSTO DE 2010

Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.”

Art. 2º Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 26 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Carlos Lupi

José Gomes Temporão

Márcia Helena Carvalho Lopes

# CÓDIGO DE ÉTICA DEL/DE LA TRABAJADOR/A SOCIAL

## Ley 8.662/1993 de Reglamentación Profesional

### CONSEJO FEDERAL DE TRABAJO SOCIAL - CFESS CÓDIGO DE ÉTICA DEL /DE LA TRABAJADOR/A SOCIAL\* LEY 8.662 / 1993 DE REGLAMENTACIÓN DE LA PROFESIÓN

\*Aprobado el 13 de Marzo de 1993 Con las alteraciones Introducidas por las Resoluciones CFESS nº 290/1994, 293/1994, 333/1996 y 594/2011.

10ª Edición Revista y Actualizada

Texto con adecuación de lenguaje de género, conforme deliberación del 39º Encuentro Nacional CFESS/CRESS

#### FICHA TÉCNICA (1997)

**Organización:** Comisión de Divulgación y Prensa del CFESS

**Programación visual y portada:** Márcia Carnaval - "fardão" (traje) de Arthur Bispo do Rosário

**Revisión:** José Eudes

**Comisión de Reformulación del Código de Ética (1996/1999):** Beatriz Augusto Paiva (RJ), José Paulo Netto (RJ), Lucia Barroco (SP), Marlise Vinagre Silva (RJ) e Mione Apolinário Sales - RJ

**Asesoría jurídica:** Sylvia Helena Terra (SP)

**Asesoría legislativa:** Walter Bloise (RJ)

#### FICHA TÉCNICA (EDICIÓN TRILINGÜE 2019)

**ORGANIZACIÓN - Comisión de Relaciones Internacionales:** Tânia Diniz

(coordinador), Daniela Neves, Franciele Piva, Joseane Couri e Neimy Batista.

**Asesoría especial:** Cristina Abreu

**Comisión de Comunicación:** Lyllia Rojas (coordinadora), Daniela Neves, Daniela

Castilho e Joseane Couri. **Asesoría de comunicación:** Diogo Adjuto e Rafael Werkema

**Diseño gráfico y diagramación:** Ideorama

**Portada:** Rafael Werkema - "fardão" (traje) de Arthur Bispo do Rosário

Copyright © 1993/2019 by CFESS



#### NUESTRA DIRECCIÓN

SHS Quadra 6 - Bloco E - Complexo Brasil 21

20º Andar - Sala 2001

CEP: 70322-915 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3223-1652 - E-mail: cfess@cfess.org.br

Site: www.cfess.org.br



## Dirección Trienio 1990/1993

**Presidente** Marlise Vinagre Silva (RJ)

**Vicepresidente** Umbelina Maria Urias Novais (PE)

**1ª Secretaria** Laura R. M. F. Lemos Duarte (DF)

**2ª Secretaria** Eda G. de Barros Lima (DF)

**1ª Tesorero** Carlos Magno Nunes (RS)

**2ª Tesorera** Valéria M. de Massarani (GO)

### CONSELHO FISCAL

Maria Isabel Nobre Fernandes (SP), Clarissa Andrade Carvalho (SE) e Maria Lúcia da Fonseca (RN)

### SUPLENTEs

Maria Inês Bertão (SP)

Dilséa Adeodata Bonetti (SP)

Maria Carmelita Yazbek (SP)

Maria da Graça Soares Prola (AM)

Lina Sandra Ferreira de Lemos (MG)

Célia Maria Campos (SC)

Eliana de Oliveira (GO)

## Dirección Trienio 1996/1999

**Presidente** Valdete de Barros Martins (MS)

**Vicepresidente** Hilda Correa de Oliveira (RJ)

**1ª Secretaria** Ana Lígia Gomes (DF)

**2ª Secretaria** Maria Elizabeth Santana Borges (BA)

**1ª Tesorera** Beatriz Augusto de Paiva (SC)

**2ª Tesorera** Zenite da Graça Boguea Freitas (DF)

### CONSEJO FISCAL

Luziele Maria de Souza Tapajós (SC), Ieda Maria Nobre de Castro (CE) e Carlos Alberto Maciel (PA)

### SUPLENTEs

Maria Lúcia da Silva Barroco (SP)

Mione Apolinário Sales (RJ)

Claudinéia Ferreira Jacinto (MG)

Cláudia Maria L'Amour da Silva Pereira (PE)

Elaine Rossetti Behring (RJ)

Marta Borba Silva (RS)

Maisa Miralva da Silva (GO)

Israïld Giacometti Chinali (SP)

Ana Maria Arreguy Mourão (MG)

## Dirección Trienio 2017/2020

### ¡Es de batallas que se vive la vida!

**Presidente** Josiane Soares Santos (SE)

**Vicepresidente** Daniela Neves (RN)

**1ª Secretaria** Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)

**2ª Secretaria** Daniela Möller (PR)

**1ª Tesorera** Cheila Queiroz (BA)

**2ª Tesorera** Elaine Pelaez (RJ)

### CONSEJO FISCAL

Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

### SUPLENTEs

Solange da Silva Moreira (RJ)

Daniela Ribeiro Castilho (PA)

Régia Prado (CE)

Magali Régis Franz (SC)

Lylia Rojas (AL)

Mauricleia Santos (SP)

Joseane Couri (DF)

Neimy Batista da Silva (GO)

Jane Nagaoka (AM)

# PRESENTACIÓN A LA EDICIÓN TRILINGÜE

La iniciativa de traducir el Código de Ética del/de la Trabajador/a Social para los idiomas inglés y castellano fue motivada por la importancia de reafirmar, más allá de las fronteras brasileñas, su actualidad histórica en la orientación de una profesión que tiene un proyecto ético-político, y cuya dirección social está fundamentada en principios y valores emancipatorios. En ese sentido, queremos socializar este instrumento normativo ético con el objetivo de fortalecer y contribuir con la agenda política del trabajo profesional de trabajadores/as sociales, cuya dirección crítica se ubica en el campo de la resistencia y de la lucha por la libertad y por los derechos y en la defensa de los intereses de la clase trabajadora.

Cabe registrar que, si por un lado, el Código de Ética del/de la Trabajador Social materializa el proyecto ético político profesional, por otro, expresa el legado de trabajadoras/es sociales brasileños/as que, enfrentando las contradicciones de la sociabilidad del capital, asumen el coraje y la utopía de luchar por una formación y un ejercicio profesional con calidad y consolidar compromisos y responsabilidades cuyos fundamentos emancipatorios y principios éticos sustentan el repudio a situaciones que reproducen la desigualdad y diversas formas de explotación, opresión, prejuicio, discriminación y violencia.

Brasilia, junio de 2019

Consejo Federal de Trabajo Social - CFESS

La gestión Es de batallas que se vive la vida (2017-2020)

# PRESENTACIÓN A LA EDICIÓN DEL 2011

La presente edición del Código de Ética del/de la Trabajador/a Social y de la Ley 8662/93, revista y ampliada, incorpora las alteraciones del Código discutidas y aprobadas en el 39º Encuentro Nacional CFESS/ CRESS, realizado en septiembre del 2010 en la ciudad de Florianópolis (SC), e incluye las modificaciones en la Ley de Reglamentación de la Profesión, consecuentes de la aprobación de la Ley 12.317/10, que instituyó la jornada de trabajo de 30 horas semanales sin reducción salarial para trabajadores/as sociales.

Las alteraciones procedidas en el Código de Ética que ora publicamos se adecuan a las correcciones formales y de contenido, según consignadas en la Resolución CFESS 594 de 21 de enero del 2011, publicada en lo DOU el 24 de enero de este año.

Las correcciones formales hablan a respecto de la incorporación de las nuevas reglas ortográficas del idioma portugués, así como de la numeración secuencial de los principios fundamentales del Código y, también del reconocimiento del lenguaje de género, adoptándose en todo el texto la forma masculina y femenina, simultáneamente. Esa última expresa, más allá de un cambio formal, un posicionamiento político, teniendo en vista contribuir a la negación del machismo en el lenguaje, principalmente por ser la categoría de trabajadores/as sociales formada mayoritariamente por mujeres. Del punto de vista del contenido, los cambios procedidos fueron relativos a la modificación de nomenclatura, sustituyendo el término “opción sexual” por “orientación sexual”, incluyendo también en el principio XI la “identidad de género”, cuando se refiere al ejercicio del Trabajo Social sin ser discriminado/a ni discriminar por esa condición, junto a las demás condiciones ya explicitadas en el texto. Esas alteraciones son de suma importancia, pues reafirman principios y valores de nuestro Proyecto Ético-Político e incorporan avances en las discusiones acerca de los derechos de la población LGBT por la libre orientación y expresión sexual. Por lo tanto,

los cambios aquí expresos son resultado de discusiones en el ámbito del Conjunto CFESS/CRESS, en especial en la temática de la ética y de los derechos humanos.

Estos instrumentos normativos, que ora presentamos nuevamente, son la materialización del Proyecto Ético-Político profesional construido en los últimos 30 años en el seno de la categoría, haya vista que formulados para dar sustentación legal al ejercicio profesional de los/de los trabajadores/as sociales, pero que no se restringen a esa dimensión. Al contrario, fortalecen y respaldan las acciones profesionales en la dirección de un proyecto en defensa de los intereses de la clase trabajadora y que se articula con otros sujetos sociales en la construcción de una sociedad anticapitalista.

Brasilia, enero del 2011

Consejo Federal de Trabajo Social - CFESS

Gestión Actitud Crítica para Avanzar en la Lucha (2008/11)

# PRESENTACIÓN A LA EDICIÓN DE 1996

Esta nueva edición del Código de Ética Profesional y de la Ley de Reglamentación de la Profesión (Ley 8662/93), revisada y ampliada, busca contemplar la inclusión de las alteraciones referentes a la Resolución del CFESS n°333/96, la cual incidió sobre el Art. 25 del Código de Ética, de acuerdo con la deliberación del XXV Encuentro Nacional CFESS/CRESS (Septiembre de 1996 - Fortaleza/CE).

En esta nueva edición tuvimos el intuio también de presentar una nueva programación visual de este instrumento normativo, que pueda propiciar una percepción más completa e inmediata de los valiosos contenidos que emanan de los artículos, líneas e incisos aquí reunidos.

Así siendo, la concepción de la capa no es, en absoluto, aleatoria. La figura legendaria de Arthur Bispo do Rosário significa el homenaje del CFESS a cada usuario de las políticas y trabajos sociales, en nombre del respeto, calidad y responsabilidad en los términos de los principios firmados por este Código que nuestra ética profesional pretende asegurar. La imagen de Bispo busca también reconocer y enaltecer los esfuerzos de los varios segmentos sociales, políticos y profesionales que se movilizan por el compromiso ético con la libertad, equidad y democracia.

Consejo Federal de Trabajo social - CFESS

Gestión 1996/99

# RESOLUCIÓN CFESS Nº 273 DE 13 DE MARZO DE 1993

Instituye el Código de Ética Profesional del/de la Trabajador/a Social y da otras providencias.

La Presidente del Consejo Federal de Trabajo social - CFESS, en el uso de sus atribuciones legales y reglamentarias, y de acuerdo con la deliberación del Consejo Pleno, en reunión ordinaria, realizada en Brasilia, el 13 de marzo de 1993,

Considerando la evaluación de la categoría y de las entidades del Trabajo social de que el Código homologado en 1986 presenta insuficiencias;

Considerando las exigencias de normas específicas de un Código de Ética Profesional y su real forma de operación;

Considerando el compromiso de la gestión 90/93 del CFESS con respecto a la necesidad de revisión del Código de Ética;

Considerando la posición ampliamente asumida por la categoría de que las conquistas políticas expresas en el Código de 1986 deben ser preservadas;

Considerando los avances en los últimos años ocurridos en los debates y producciones sobre la cuestión ética, así como el acúmulo de reflexiones existentes sobre la materia;

Considerando la necesidad de creación de nuevos valores éticos, fundamentados en la definición más abarcadora, de compromiso con los usuarios, con base en la libertad, democracia, ciudadanía, justicia e igualdad social;

Considerando que el XXI Encuentro Nacional CFESS/CRESS refrendó la propuesta de reformulación presentada por el Consejo Federal de Trabajo social;

RESUELVE:

Art. 1º Instituir el Código de Ética Profesional del Trabajador/a Social en anexo.

Art. 2º El Consejo Federal de Trabajo Social - CFESS, deberá incluir en los Documentos de Identidad Profesional en copia fiel del Código de Ética.

Art. 3º Determinar que el Consejo Federal y los Consejos Regionales de Trabajo Social procedan inmediata y amplia divulgación del Código de Ética.

Art. 4º La presente Resolución entrará en vigor en la fecha de su publicación en el Diario Oficial de la Unión, revocadas las disposiciones en contrario, en especial, la Resolución CFESS nº 195/86, de 09.05.86.

Brasilia, 13 de marzo de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA

# INTRODUCCIÓN

La historia reciente de la sociedad brasileña, polarizada por la lucha de los sectores democráticos contra la dictadura y, enseguida, por la consolidación de las libertades políticas, propició una rica experiencia para todos los sujetos sociales. Valores y prácticas hasta entonces secundarias (la defensa de los derechos civiles, el reconocimiento positivo de las peculiaridades individuales y sociales, lo respeto a la diversidad, etc.) adquirieron nuevos estatutos, densificando el elenco de reivindicaciones de la ciudadanía. Particularmente para las categorías profesionales, esta experiencia resituó las cuestiones de su compromiso ético-político y de la evaluación de la calidad de sus servicios.

En estas décadas, el Servicio Social probó, en el Brasil, un profundo proceso de renovación. En la interconurrencia de cambios ocurridos en la sociedad brasileña con el propio acúmulo profesional, el Trabajo Social se desarrolló teóricamente y prácticamente, se laicizó, se diferenció y, en la entrada de los años noventa, se presenta como profesión reconocida académicamente y legitimada socialmente.

La dinámica de este proceso que condujo a la consolidación profesional del Trabajo Social se materializó en conquistas teóricas y ganancias prácticas que se revelaron diversamente en el universo profesional. En el plan de la reflexión y de la normatización ética, el Código de Ética Profesional de 1986 fue una expresión de aquellas conquistas y ganancias, a través de dos procedimientos: negación de la base filosófica tradicional, nítidamente conservadora, que norteaba la “ética de la neutralidad”, y afirmación de un nuevo perfil del/de la técnico/a, no más un/a agente subalterno/a y sólo ejecutivo/a, pero un/a profesional competente teórica, técnica y políticamente.

De hecho, se construía un proyecto profesional que, vinculado a un proyecto social radicalmente democrático, redimensionaba la inserción del Trabajo Social en la vida brasileña, comprometiéndolo con los intereses históricos de la masa de la población trabajadora. La maduración de este proyecto profesional, más las alteraciones recurrentes en la sociedad



brasileña (con destaque a la ordenación jurídica consagrada en la Constitución de 1988), pasó a exigir una mejor aclaración del sentido inmanente del Código de 1986. Se trataba de objetivar con más rigor las implicaciones de los principios conquistados y plasmados en aquel documento, tanto para fundar más adecuadamente sus parámetros éticos como para permitir una mejor instrumentalización de ellos en la práctica cotidiana del ejercicio profesional.

La necesidad de la revisión del Código de 1986 venía siendo sentida en los organismos profesionales desde fines de los años ochenta. Fue registrada en la plataforma programática de la gestión 1990/1993 del CFESS. Entró en el orden del día con la I Seminario Nacional de Ética (agosto de 1991) pasó por el VII CBAS (mayo de 1992) y culminó en el II Seminario Nacional de Ética (noviembre de 1992), involucrando, además del conjunto CFESS/ CRESS, la ABESS, la ANAS y la SESSUNE. El grado de activa participación de trabajadores/as sociales de todo el país asegura que este nuevo Código, producido en el marco de más abarcador debate de la categoría, expresa las aspiraciones colectivas de los/de las profesionales brasileiros/as.

La revisión del texto de 1986 se procesó en dos niveles. Reafirmando sus valores fundantes - la libertad y la justicia social -, los articuló desde la exigencia democrática: la democracia es tomada como valor ético- político central, a medida en la que es el único estándar de organización político-social capaz de asegurar la aclaración de los valores esenciales de la libertad y de la equidad. Es ella, además, que favorece el adelantamiento de las limitaciones reales que la orden burgués impone al desarrollo pleno de la ciudadanía, de los derechos y garantías individuales y sociales y de las tendencias a la autonomía y a la autogestión social. En segundo lugar, se cuidó la necesidad de la normatización del ejercicio profesional de modo a permitir que aquellos valores sean retraducidos en la relación entre trabajadores/as sociales, instituciones/organizaciones y población, preservándose los derechos y deberes profesionales, la calidad de los servicios y la responsabilidad delante del/de la usuario/a.

La revisión a que se procedió, compatible con el espíritu del texto de 1986, partió de la comprensión de que la ética debe tener como soporte una ontología del ser social: los valores son determinaciones de la práctica

social, resultantes de la actividad creadora tipificada en el proceso de trabajo. Es mediante el proceso de trabajo que el ser social se constituye, se instaura como distinto del ser natural, disponiendo de capacidad teleológica, proyectiva, consciente; es por esta socialización que él se pone como ser capaz de libertad. Esta concepción ya contiene, en sí misma, una proyección de sociedad - aquélla en que se propicie a los/a las trabajadores/as un pleno desarrollo para la invención y vivencia de nuevos valores, qué, evidentemente, supone la erradicación de todos los procesos de exploración, opresión y alienación. Es al proyecto social ahí implicado que se conecta el proyecto profesional del Trabajo Social - y cabe pensar la ética como presupuesto teórico-político que remite al enfrentamiento de las contradicciones puestas a la profesión, desde una visión crítica, y fundamentada teóricamente, de las derivaciones ético-políticas del actuar profesional.

## **Principios Fundamentales**

- I. Reconocimiento de la libertad como valor ético central y de las demandas políticas a ella inherentes - autonomía, emancipación y plena expansión de los individuos sociales;
- II. Defensa intransigente de los derechos humanos y rehusa del arbitrio y del autoritarismo;
- III. Ampliación y consolidación de la ciudadanía, considerada tarea primordial de toda sociedad, con vistas a la garantía de los derechos civiles sociales y políticos de las clases trabajadoras;
- IV. Defensa de la profundización de la democracia, con respecto a socialización de la participación política y de la riqueza socialmente producida;
- V. Posicionamiento a favor de la equidad y justicia social, que asegure universalidad de acceso a los bienes y servicios relativos a los programas y políticas sociales, así como su gestión democrática;
- VI. Empeño en la eliminación de todas las formas de prejuicio, incentivando el respeto a la diversidad, a la participación de grupos socialmente discriminados y a la discusión de las diferencias;

- VII. Garantía del pluralismo, a través del respeto a las corrientes profesionales democráticas existentes y sus expresiones teóricas, y compromiso con el constante perfeccionamiento intelectual;
- VIII. Opción por un proyecto profesional vinculado al proceso de construcción de una nueva orden societaria, sin dominación, exploración de clase, etnia y género;
- IX. Articulación con los movimientos de otras categorías profesionales que compartan de los principios de este Código y con la lucha general de los/de las trabajadores/as;
- X. Compromiso con la calidad de los servicios prestados a la población y con el perfeccionamiento intelectual, en la perspectiva de la capacidad profesional;
- XI. Ejercicio del Trabajo Social sin ser discriminado/a, ni discriminar, por cuestiones de inserción de clase social, género, etnia, religión, nacionalidad, orientación sexual, identidad de género, edad y condición física.

## TÍTULO I DISPOSICIONES GENERALES

Art.1º Compete al Consejo Federal de Trabajo Social:

- a - velar por la observancia de los principios y directrices de este Código, fiscalizando las acciones de los Consejos Regionales y la práctica ejercida por los profesionales, instituciones y organizaciones en el área del Trabajo Social;
- b - introducir alteración en este Código, a través de una amplia participación de la categoría, en un proceso desarrollado en acción conjunta con los Consejos Regionales;
- c - como Tribunal Superior de Ética Profesional, firmar jurisprudencia en la observancia de este Código y en los casos omisos.

Párrafo único Compite a los Consejos Regionales, en las áreas de sus respectivas jurisdicciones, velar por la observancia de los principios y directrices de este Código, y funcionar como órgano juzgador de primera instancia.

## TÍTULO II

### DE LOS DERECHOS Y DE LAS RESPONSABILIDADES GENERALES DEL/DE LA TRABAJADOR/A SOCIAL

Art. 2º Constituyen derechos del/de la Trabajador/a Social:

- a - garantía y defensa de sus atribuciones y prerrogativas, establecidas en la Ley de Reglamentación de la Profesión y de los principios firmados en este Código;
- b - libre ejercicio de las actividades inherentes a la Profesión;
- c - participación en la elaboración y gestión de las políticas sociales, y en la formulación e implementación de programas sociales;
- d - inviolabilidad del local de trabajo y respectivos archivos y documentación, garantizando el sigilo profesional;
- e - desagravio público por ofensa que alcance su honor profesional;
- f - perfeccionamiento profesional de forma continua, colocándolo a servicio de los principios de este Código;
- g - pronunciamiento en materia de su especialidad, sobre todo cuando se trate de asuntos de interés de la población;
- h - amplia autonomía en el ejercicio de la Profesión, no siendo obligado a prestar servicios profesionales incompatibles con sus atribuciones, cargos o funciones;
- i - libertad en la realización de sus estudios e investigaciones, resguardados los derechos de participación de individuos o grupos involucrados en sus trabajos.

Art. 3º Son deberes del/de la trabajador/a social:

- a - desempeñar sus actividades profesionales, con eficiencia y responsabilidad, observando la legislación en vigor;
- b - utilizar su número de registro en el Consejo Regional en el ejercicio de la Profesión;
- c - abstenerse, en el ejercicio de la Profesión, de prácticas que caractericen la censura, la cercenadura de la libertad, el control de los comportamientos, denunciando su ocurrencia a los órganos competentes;
- d - participar de programas de socorro a la población en situación de calamidad pública, en el servicio y defensa de sus intereses y necesidades.

Art. 4º Está vedado al/a la trabajador/a social:

- a - transgredir cualquier precepto de este Código, así como de la Ley de Reglamentación de la Profesión;
- b - practicar y ser cómplice de conductas antiéticas, crímenes o contravenciones penales en la prestación de servicios profesionales, con base en los principios de este Código, aun cuando éstos sean practicados por otros/as profesionales;
- c - acatar determinación institucional que hiera a los principios y directrices de este Código;
- d - admitir con el ejercicio ilegal de la Profesión, incluso en los casos de pasantes que ejerzan atribuciones específicas, en sustitución a los/las profesionales;
- y - permitir o ejercer la supervisión de alumno/a de Trabajo Social en Instituciones Públicas o Privadas que no tengan en su cuadro trabajador/a social que realice acompañamiento directo al/a la alumno/a pasante;

- f - asumir responsabilidad por actividad para las cuales no esté capacitado/a personal y técnicamente;
- g - sustituir profesional que haya sido exonerado/a por defender los principios de la ética profesional, mientras perdure el motivo de la exoneración, despido o transferencia;
- h - pleitear a sí o para otro empleo, cargo o función que estén siendo ejercidos por colega;
- i - adulterar resultados y hacer declaraciones ilusorias sobre situaciones o estudios del que tome conocimiento;
- j - firmar o publicar en su nombre o de otros trabajos de terceros, aun cuando ejecutados bajo su orientación.

## **TÍTULO III**

### **DE LAS RELACIONES PROFESIONALES**

#### **CAPÍTULO I**

De las Relaciones con los/las Usuarios/as

Art. 5º Son deberes del/de la trabajador/a social en sus relaciones con los/las usuarios/as:

- a - aportar para hacer viable la participación efectiva de la población usuaria en las decisiones institucionales;
- b - garantizar la plena información y discusión sobre las posibilidades y consecuencias de las situaciones presentadas, respetando democráticamente las decisiones de los/de los usuarios/as, aun cuando sean contrarias a los valores y a las creencias individuales de los/de las profesionales, resguardados los principios de este Código;

- c - democratizar las informaciones y el acceso a los programas disponibles en el espacio institucional, como uno de los mecanismos indispensables a la participación de los/de las usuarios/as;
- d - devolver las informaciones recolectadas en los estudios e investigaciones a los/a las usuarios/as, en el sentido de que éstos puedan usarlos para el fortalecimiento de sus intereses;
- e - informar a la población usuaria sobre la utilización de materiales de registro Audiovisual e investigaciones a ellas referentes y la forma de sistematización de los datos obtenidos;
- f - suministrar a la población usuaria, cuando solicitado, informaciones concernientes al trabajo desarrollado por el Trabajo Social y sus conclusiones, resguardado el sigilo profesional;
- g - contribuir a la creación de mecanismos que vengán desburocratizar la relación con los/las usuarios/as, en el sentido de acelerar y mejorar los servicios prestados;
- h - aclarar a los/a las usuarios/as, al iniciar el trabajo, sobre los objetivos y la amplitud de su actuación profesional.

Art. 6º Está vedado al/a la trabajador/a social:

- a - ejercer su autoridad de manera que se limite o cercene el derecho del/de la usuario/a participar y decidir libremente sobre sus intereses;
- b - aprovecharse de situaciones consecuentes de la relación trabajador/a social-usuario/a, para obtener ventajas personales o para terceros;
- c - bloquear el acceso de los/de las Usuarios/as a los servicios ofrecidos por las instituciones, a través de actitudes que vengán a coaccionar y/o faltar al respeto a aquéllos que buscan el servicio de sus derechos.

## CAPÍTULO II

### De las Relaciones con las Instituciones Empleadoras y otras

Art. 7º Constituyen derechos del/de la trabajador/a social:

- a - disponer de condiciones de trabajo dignas, sea en entidad pública o privada, de forma que se garantice la calidad del ejercicio profesional;
- b - tener libre acceso a la población usuaria;
- c - tener acceso a informaciones institucionales que se relacionen a los programas y políticas sociales y sean necesarias al pleno ejercicio de las atribuciones profesionales;
- d - integrar comisiones interdisciplinarias de ética en los locales de trabajo del/de la profesional, tanto en lo que se refiere a la evaluación de la conducta profesional, como con relación a las decisiones con respecto a las políticas institucionales.

Art. 8º Son deberes del/de la trabajador/a social:

- a - programar, administrar, ejecutar y repasar los servicios sociales asegurados institucionalmente;
- b - denunciar fallas en los reglamentos, normas y programas de la institución en la que trabaja, cuando los mismos estén hiriendo a los principios y directrices de este Código, movilizándolo, incluso, el Consejo Regional, caso se haga necesario;
- c - contribuir para la alteración de la correlación de fuerzas institucionales, apoyando las legítimas demandas de interés de la población usuaria;
- d - empeñarse en hacer viables los derechos sociales de los/de las Usuarios/as, a través de los programas y políticas sociales;



- y - emplear con transparencia las verbas bajo su responsabilidad, de acuerdo con los intereses y necesidades colectivas de los/ de las Usuarios/as.

Art. 9º Está vedado al/a la trabajador/a social:

- a - prestar su nombre y registro profesional a firmas, organizaciones o empresas para simulación del ejercicio efectivo del Trabajo Social;
- b - usar o permitir el tráfico de influencia para obtención de empleo, incumpliendo concurso o procesos selectivos;
- c - utilizar recursos institucionales (personal y/o financiero) para fines partidarios, electorales y clientelistas.

## CAPÍTULO III

### **De las Relaciones con Trabajadores/as Sociales y otros/as Profesionales**

Art. 10 Son deberes del/de la trabajador/a social:

- a - ser solidario/a con otros/as profesionales, sin, eximirse de denunciar actos que contraríen los postulados éticos contenidos en este Código;
- b - repasar a su substituto las informaciones necesarias a la continuidad del trabajo;
- c - movilizar su autoridad funcional, al ocupar una jefatura, para la liberación de carga horaria de subordinado/a, para fin de estudios e investigaciones que pretendan el perfeccionamiento profesional, así como de representación o delegación de entidad de organización de la categoría y otras, dando igual oportunidad a todos/as;
- d - incentivar, siempre que posible, la práctica profesional interdisciplinar;

- y - respetar las normas y principios éticos de las otras profesiones;
- f - al realizar crítica pública a colega y otros/as profesionales, hacerlo siempre de manera objetiva, constructiva y comprobable, asumiendo su entera responsabilidad.

Art. 11 Está vedado al/a la trabajador/a social:

- a - intervenir en la prestación de servicios que estén siendo efectuados por otro/a profesional, salvo a petición de ese/a profesional; en caso de urgencia, seguido de la inmediata comunicación al/a la profesional; o cuando se trate de trabajo multiprofesional y la intervención forme parte de la metodología adoptada;
- b - prevalecerse de cargo de jefatura para actos discriminatorios y de abuso de autoridad;
- c - ser cómplice con fallas éticas de acuerdo con los principios de este Código y con errores técnicos practicados por trabajador/a social y cualquier otro/a profesional;
- d - perjudicar deliberadamente el trabajo y la reputación de otro/a profesional.

## **CAPÍTULO IV**

### **De las Relaciones con Entidades de la Categoría y demás organizaciones de la Sociedad Civil**

Art.12 Constituyen derechos del/de la trabajador/a social:

- a - participar en sociedades científicas y en entidades representativas y de organización de la categoría que tengan por finalidad, respectivamente, la producción de conocimiento, la defensa y la fiscalización del ejercicio profesional;
- b - apoyar y/o participar de los movimientos sociales y organizaciones populares vinculados a la lucha por la consolidación y ampliación de la democracia y de los derechos de ciudadanía

Art. 13 Son deberes del/de la trabajador/a social:

- a - denunciar al Consejo Regional las instituciones públicas o privadas, donde las condiciones de trabajo no sean dignas o puedan perjudicar los/las Usuarios/as o profesionales;
- b - denunciar, en el ejercicio de la Profesión, a las entidades de organización de la categoría, a las autoridades y a los órganos competentes, casos de violación de la Ley y de los Derechos Humanos, con respecto a: corrupción, maltratos, torturas, ausencia de condiciones mínimas de supervivencia, discriminación, prejuicio, abuso de autoridad individual e institucional, cualquier forma de agresión o falta de respeto a la integridad física, social y mental del/de la ciudadano/a;
- c - respetar la autonomía de los movimientos populares y de las organizaciones de las clases trabajadoras.

Art. 14 Está vedado al/a la trabajador/a social valerse de posición ocupada en la dirección de entidad de la categoría para obtener ventajas personales, directamente o a través de terceros/as.

## CAPÍTULO V

### Del Sigilo Profesional

Art. 15 Constituye derecho del/de la trabajador/a social mantener el sigilo profesional.

Art. 16 El sigilo protegerá el/la usuario/a en todo aquello de que el/la trabajador/a social tome conocimiento, como consecuencia del ejercicio de la actividad profesional.

Párrafo único: En trabajo multidisciplinario solo podrán ser pres-tadas informaciones dentro de los límites de lo estrictamente necesario.

Art. 17 Está vedado al/a la trabajador/a social revelar sigilo profesional.

Art. 18 La quiebra del sigilo solo es admisible cuando se traten situaciones cuya gravedad pueda, involucrando o no hecho delictuoso, traer perjuicio a los intereses del/de la usuario/a, de terceros/as y de la colectividad.

Párrafo único: La revelación será hecha dentro de lo estrictamente necesario, sea con relación al asunto revelado, sea al grado y número de personas que de él deban tomar conocimiento.

## **CAPÍTULO VI**

### **De las Relaciones del/de la Trabajador/a Social con la Justicia**

Art. 19 Son deberes del/de la trabajador/a social:

- a - presentar a la justicia, cuando convocado en la calidad de especialista o testigo, las conclusiones de su laudo o declaración, sin extrapolar el ámbito de la capacidad profesional y violar los principios éticos contenidos en este Código;
- b - comparecer delante la autoridad competente, cuando intimado/a a prestar declaración, para declarar que está obligado/a a guardar sigilo profesional en términos de este Código y de la Legislación en vigor.

Art. 20 Está vedado al/a la trabajador/a social:

- a - deponer como testigo sobre situación sigilosa del/de la usuario/a del que tenga conocimiento en el ejercicio profesional, aun cuando autorizado;
- b - aceptar nombramiento como especialista y/o actuar como tal cuando la situación no se caracterice como área de su capacidad o de su atribución profesional, o cuando infrinja los dispositivos legales relacionados a impedimentos o sospecha.

## TÍTULO IV

### De la Observancia, Penalidades, Aplicación y Cumplimiento de este Código

Art. 21 Son deberes del/de la trabajador/a Social:

- a - cumplir y hacer cumplir este Código;
- b - denunciar al Consejo Regional de Trabajo Social, a través de comunicación fundamentada, cualquier forma de ejercicio irregular de la Profesión, infracciones a principios y directrices de este Código y de la legislación profesional;
- c - informar, aclarar y orientar los/las estudiantes, en la docencia o supervisión, con respecto a los principios y normas contenidas en este Código.

Art. 22 Constituyen infracciones disciplinar:

- a - ejercer la Profesión cuando impedido/a de hacerlo, o facilitar, por cualquier medio, su ejercicio a las/a los inscritos/as o impedidos/as;
- b - no cumplir, en el plazo establecido, determinación emanada del órgano o autoridad de los Consejos, en materia de éstos, después de regularmente notificado/a;
- c - dejar de pagar, regularmente, las anualidades y contribuciones debidas al Consejo Regional de Trabajo Social a que esté obligado/a;
- d - participar de institución que, teniendo por objeto el Trabajo Social, no esté inscrita en el Consejo Regional;
- e - hacer o presentar declaración, documento falso o adulterado, delante el Consejo Regional o Federal.

## De las Penalidades

Art. 23 Las infracciones a este Código darán penalidades, desde la multa hasta la anulación del ejercicio profesional, en la forma de los dispositivos legales y/o reglamentarias.

Art. 24 Las penalidades aplicables son las siguientes:

- a - multa;
- b - advertencia reservada;
- c - advertencia pública;
- d - suspensión del ejercicio profesional;
- e - anulación del registro profesional.

Párrafo único: Serán eliminados/as de los cuadros de los CRESS aquellos/as que hagan falsa prueba de los requisitos exigidos en los Consejos.

Art. 25 La pena de suspensión da al/a la trabajador social la interdicción del ejercicio profesional en todo el territorio nacional, por el plazo de 30 (treinta) días a 2 (dos) años.

Párrafo único: La suspensión por falta de pago de anualidades y tasas solo cesará con la satisfacción del débito, pudiendo ser revocada la inscripción profesional después de transcurridos tres años de la suspensión.

Art. 26 Serán considerados en la aplicación de las penas los antecedentes profesionales del/de la infractor/a y las circunstancias en las que ocurrió la infracción.

Art. 27 Salvo en los casos de gravedad manifiesta, que exigen aplicación de penalidades más rigurosas, la imposición de las penas obedecerá a la gradación establecida por el artículo 24.

Art. 28 Para efecto de la fijación de la pena serán considerados especialmente graves las violaciones que digan respecto a las siguientes disposiciones:

artículo 3º - apartado c;

artículo 4º - apartado a, b, c, g, i, j; artículo 5º - apartado b, f;

artículo 6º - apartado a, b, c; artículo 8º - apartado b;

y artículo 9º - apartado a, b, c; artículo 11 - apartado b, c, d;

artículo 13 - apartado b; artículo 14;

artículo 16;

artículo 17;

    Párrafo único del artículo 18; artículo 19 - apartado b;

artículo 20 - apartado a, b

    Párrafo único: Las demás violaciones no previstas en el “caput”, una vez consideradas graves, autorizarán aplicación de penalidades más severas, en conformidad con el artículo 26.

Art. 29 La advertencia reservada, resguardada la hipótesis prevista en el artículo 33 será confidencial, siendo que la advertencia pública, suspensión y la anulación del ejercicio profesional serán hechas efectivas a través de publicación en Diario Oficial y en otro órgano de la prensa, y fijado en la sede del Consejo Regional donde esté insertado/a el/la denunciado/a y en la Comisaría Seccional del CRESS de la jurisdicción de su domicilio.

Art. 30 Cumple al Consejo Regional la ejecución de las decisiones proferidas en los procesos disciplinar.

Art. 31 De la imposición de cualquier penalidad cabrá recurso con efecto suspensivo al CFESS.

Art. 32 A punibilidad del trabajador social, por falta sometida a proceso ético y disciplinario, prescribe en 5 (cinco) años, contados de la fecha de la verificación del hecho respectivo.

Art. 33 En la ejecución de la pena de advertencia reservada, no siendo encontrado el/la penalizado/a o si este/a, después de dos convocatorias, no comparezca en el plazo fijado para recibir la penalidad, se volverá pública.

§1º La pena de multa, aunque el/la penalizado/a comparezca para tomar conocimiento de la decisión, será publicada en los términos del artículo 29 de este Código, si no es debidamente finiquitada en el plazo de 30 (treinta) días, sin perjuicio de la cobranza judicial.

§ 2º En caso de anulación del ejercicio profesional, además de los pliegos y de las comunicaciones hechas a las autoridades competentes interesadas en el asunto, procederse a la aprehensión del documento de Identidad Profesional del/de la infractor/a .

Art. 34 La pena de multa variará entre el mínimo correspondiente al valor de una anualidad y el máximo de su décuplo.

Art. 35 Las dudas en la observancia de este Código y los casos omisos serán resueltos por los Consejos Regionales de Trabajo Social “ad referendum” del Consejo Federal de Trabajo Social, a quien cabe firmar jurisprudencia.

Art. 36 El presente Código entrará en vigor en la fecha de su publicación en el Diario Oficial de la Unión, revocándose las disposiciones en contrario.

Brasilia, 13 de marzo de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA

Presidente del CFESS

Publicado en el Diario Oficial de la Unión N 60, de 30.03.93, Sección I, páginas 4004 a 4007 y alterado por la Resolución CFESS n.º 290, publicada en el Diario Oficial de la Unión de 11 de febrero de 1994.



# LEY N° 8.662, DE 7 DE JUNIO DE 1993

Dispone sobre la profesión de Trabajador Social y da otras providencias

## EL PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA

Hago saber que el Congreso Nacional decreta y yo sanciono la siguiente ley:

Art. 1° Es libre el ejercicio de la profesión de Trabajador Social en todo el territorio nacional, observadas las condiciones establecidas en esta ley.

Art. 2° Solamente podrán ejercer la profesión de Trabajador Social:

- I - Los poseedores de diploma en curso de graduación en Trabajo Social, oficialmente reconocido, expedido por establecimiento de enseñanza superior existente en el País, debidamente registrado en el órgano competente;
- II - los poseedores de diploma de curso superior en Trabajo Social, en nivel de graduación o equivalente, expedido por establecimiento de enseñanza con sede en países extranjeros, con convenio o no con el gobierno brasileño, desde que debidamente revalidado y registrado en órgano competente en Brasil;
- III - los agentes sociales, cualquiera que sea su denominación con funciones en los varios órganos públicos, según lo dispuesto en el Art. 14 y su párrafo único de la Ley n° 1.889, de 13 de junio de 1953.

Párrafo único: El ejercicio de la profesión de Trabajador Social requiere previo registro en los Consejos Regionales que tengan jurisdicción sobre el área de actuación del interesado en los términos de esta ley.

Art. 3° La designación profesional de Trabajador Social es privativa de los habilitados en la forma de la legislación vigente.

Art. 4º Constituyen competencias del Trabajador Social:

- I - elaborar, implementar, ejecutar y evaluar políticas sociales junto a órganos de la administración pública, directa o indirecta, empresas, entidades y organizaciones populares;
- II - elaborar, coordinar, ejecutar y evaluar planes, programas y proyectos que sean del ámbito de actuación del Trabajo Social con participación de la sociedad civil;
- III - encaminar providencias, y prestar orientación social a individuos, grupos y a la población;
- IV - (Vetado);
- V - orientar individuos y grupos de diferentes segmentos sociales en el sentido de identificar recursos y de hacer uso de los mismos en el servicio y en la defensa de sus derechos;
- VI - planear, organizar y administrar beneficios y Trabajos Sociales;
- VII - planear, ejecutar y evaluar investigaciones que puedan contribuir para el análisis de la realidad social y para subvencionar acciones profesionales;
- VIII -prestar asesoría y consultoría a órganos de la administración pública directa e indirecta, empresas privadas y otras entidades, con relación a las materias relacionadas en el inciso II de este artículo;
- IX - prestar asesoría y apoyo a los movimientos sociales en materia relacionada a las políticas sociales, en el ejercicio y en la defensa de los derechos civiles, políticos y sociales de la colectividad;
- X - planificación, organización y administración de Trabajos Sociales y de Unidad de Trabajo Social;
- XI - realizar estudios socio-económicos con los usuarios para fines de beneficios y trabajos sociales junto a órganos de la administración pública directa e indirecta, empresas privadas y otras entidades.

Art. 5º Constituyen atribuciones privativas del Trabajador Social:

- I - coordinar, elaborar, ejecutar, supervisar y evaluar estudios, investigaciones, planes, programas y proyectos en el área de Trabajo Social;
- II - planear, organizar y administrar programas y proyectos en Unidad de Trabajo Social;
- III - asesoría y consultoría y órganos de la Administración Pública directa e indirecta, empresas privadas y otras entidades, en materia de Trabajo Social;
- IV - realizar inspecciones, pericias técnicas, laudos periciales, informaciones y parecer sobre la materia de Trabajo Social;
- V - asumir, en el magisterio de Trabajo Social tanto a nivel de graduación como pos graduación, disciplinas y funciones que exijan conocimientos propios y adquiridos en curso de formación regular;
- VI - entrenamiento, evaluación y supervisión directa de practicantes de Trabajo Social;
- VII - dirigir y coordinar Unidades de Enseñanza y Cursos de Trabajo Social, de graduación y pos graduación;
- VIII - dirigir y coordinar asociaciones, núcleos, centros de estudio y de investigación en Trabajo Social;
- IX - elaborar pruebas, presidir y componer bancas de exámenes y comisiones juzgadoras de concursos u otras formas de selección para Trabajadores Sociales, o donde sean contrastados conocimientos inherentes al Trabajo Social;
- X - coordinar seminarios, encuentros, congresos y eventos asemejados sobre asuntos de Trabajo Social;
- XI - fiscalizar el ejercicio profesional a través de los Consejos Federal y Regionales;
- XII - dirigir servicios técnicos de Trabajo Social en entidades públicas o privadas;

XIII- ocupar cargos y funciones de dirección y fiscalización de la gestión financiera en órganos y entidades representativas de la categoría profesional.

Art. 5º-A. La duración del trabajo del Trabajador Social es de 30 (treinta) horas semanales. (Incluido por la Ley nº 12.317, de 2010).

Art. 6º Son alteradas las denominaciones del actual Consejo Federal de Trabajadores Sociales (CFAS) y de los Consejos Regionales de Trabajadores Sociales (CREAS), para, respectivamente, Consejo Federal de Trabajo Social (CFESS) y Consejos Regionales de Trabajo Social (CRESS).

Art. 7º El Consejo Federal de Trabajo Social (CFESS) y los Consejos Regionales de Trabajo Social (CRESS) constituyen, en su conjunto, una entidad con personalidad jurídica y forma federativa, con el objetivo básico de disciplinar y defender el ejercicio de la profesión de Trabajador Social en todo el territorio nacional.

1º Los Consejos Regionales de Trabajo Social (CRESS) son dotados de autonomía administrativa y financiera, sin perjuicio de su vinculación al Consejo Federal, en los términos de la legislación en vigor.

2º Cabe al Consejo Federal de Trabajo Social (CFESS) y a los Consejos Regionales de Trabajo Social (CRESS), representar, en juicio y fuera de él, los intereses generales e individuales de los Trabajadores Sociales, en el cumplimiento de esta ley.

Art. 8º Compete al Consejo Federal de Trabajo Social (CFESS), en la calidad de órgano normativo de grado superior, el ejercicio de las siguientes atribuciones:

- I - orientar, disciplinar, reglamentar, fiscalizar y defender el ejercicio de la profesión de Trabajador Social, en conjunto con el CRESS;
- II - asesorar los CRESS siempre que sea necesario;
- III - aprobar los Regimientos Internos de los CRESS en el foro máximo

de deliberación del conjunto CFESS/CRESS;

- IV - aprobar el Código de Ética Profesional de los Trabajadores Sociales juntamente con los CRESS, en el foro máximo de deliberación del conjunto CFESS/CRESS;
- V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profesional;
- VI - juzgar, en última instancia, los recursos contra las sanciones impuestas por los CRESS;
- VII - establecer los sistemas de registro de los profesionales habilitados;
- VIII - prestar asesoría técnico-consultiva a los organismos públicos o privados, en materia de Trabajo Social;
- IX - (Vetado).

Art. 9º El foro máximo de deliberación de la profesión para los fines de esta ley en las reuniones conjuntas de los Consejos Federal y Regionales, que incluso fijarán los límites de su capacidad y su forma de convocación.

Art. 10. Compete a los CRESS, en sus respectivas áreas de jurisdicción, en la calidad de órgano ejecutivo y de primera instancia, el ejercicio de las siguientes atribuciones:

- I - organizar y mantener el registro profesional de los Trabajadores Sociales y el registro de las instituciones y obras sociales públicas y privadas, o de fines filantrópicos;
- II - fiscalizar y disciplinar el ejercicio de la profesión de Trabajador Social en la respectiva región;
- III - expedir documentos profesionales de Trabajadores Sociales, fijando la respectiva tasa;
- IV - velar por la observancia del Código de Ética Profesional, funcionando como Tribunales Regionales de Ética Profesional;

- V - aplicar las sanciones previstas en el Código de Ética Profesional;
- VI - concretar, en asamblea de la categoría, las anualidades que deben ser pagadas por los Trabajadores Sociales;
- VII - elaborar el respectivo Regimiento Interno y someterlo a examen y aprobación del foro máximo de deliberación del conjunto CFESS/ CRESS.

Art. 11. El Consejo Federal de Trabajo Social (CFESS) tendrá sede y foro en el Distrito Federal.

Art. 12. En cada capital de Estado, de Territorio y en Distrito Federal, habrá un Consejo Regional de Trabajo Social (CRESS) denominado según su jurisdicción, la cual alcanzará, respectivamente, la del Estado, la del Territorio y la de Distrito Federal.

1º En los Estados o Territorios en los que los profesionales que en ellos actúan no tengan posibilidad de instalar un Consejo Regional, deberá ser constituida una comisaría subordinada al Consejo Regional que ofrezca mejores condiciones de comunicación, fiscalización y orientación, oído el órgano regional y con homologación del Consejo Federal.

2º Los Consejos Regionales podrán constituir, dentro de su propia área de jurisdicción, comisarías seccionales para desempeño de sus atribuciones directivas y de primera instancia en las regiones en las que son instalados, desde que la recaudación proveniente de los profesionales en ellas actuantes sea suficiente para su propio mantenimiento.

Art. 13. La inscripción en los Consejos Regionales somete a los Trabajadores Sociales al pago de las contribuciones compulsorias (anualidades), tasas y demás emolumentos que son establecidos en reglamentación bajada por el Consejo Federal, en deliberación conjunta con los Consejos Regionales.

Art. 14. Cabe a las Unidades de Enseñanza acreditar y comunicar a los Consejos Regionales de su jurisdicción los campos de pasantía de sus alumnos y designar los Trabajadores Sociales responsables de su supervisión.

Párrafo único. Solamente los estudiantes de Trabajo Social, bajo supervisión directa de Trabajador Social en pleno goce de sus derechos profesionales, podrán realizar pasantía de Trabajo Social.

Art. 15. Está vedado el uso de la expresión Trabajo Social por quienesquiera de derecho público o privado que no desarrollen actividades previstas en los arts. 4º y 5º de esta ley.

Párrafo único: Las personas de derecho público o privado que se encuentren en la situación mencionada en este artículo tendrán el plazo de noventa días, a contar de la fecha de la vigencia de esta ley, para que procesen las modificaciones que se hagan necesarias a su integral cumplimiento, bajo pena de las medidas judiciales que quepan.

Art. 16. Los CRESS aplicarán las siguientes penalidades a los infractores de los dispositivos de esta Ley:

- I - multa con el valor de una a cinco veces la anualidad vigente;
  - II - suspensión de una a dos años de ejercicio de la profesión al Trabajador Social que, en el ámbito de su actuación, dejar de cumplir disposiciones del Código de Ética, teniendo en vista la gravedad de la falta;
  - III - cancelación definitiva del registro, en los casos de extrema gravedad o de reincidencia contumaz.
- 1º Probada la participación activa o connivencia de empresas, entidades, instituciones o firmas individuales en las infracciones a dispositivos de esta ley por los profesionales de ellas dependientes, serán éstas también pasibles de las multas aquí establecidas, en la proporción de su responsabilidad, bajo pena de las medidas judiciales que caben.
- 2º En el caso de reincidencia en la misma infracción en el plazo de dos años, la multa que cabe será elevada al doble.

Art. 17. El Documento de Identificación Profesional expedido por los Consejos Regionales de Trabajo Social (CRESS), servirá de prueba para fines de ejercicio profesional y de Documento de Identidad Personal, y tendrá fe pública en todo el territorio nacional.

Art. 18. Las organizaciones que se registren en los CRESS recibirán un certificado que las habilitará a actuar en el área de Trabajo Social.

Art. 19. El Consejo Federal de Trabajo Social (CFESS) será mantenido:

- I - por contribuciones, tasas y emolumentos recaudados por los CRESS, en porcentual a ser definido por el foro máximo instituido por el Art. 9º de esta ley;
- II - por donaciones y legados; III - por otras rentas.

Art. 20. El Consejo Federal de Trabajo Social (CFESS) y los Consejos Regionales de Trabajo Social (CRESS) contarán cada uno con nueve miembros efectivos: Presidente, Vicepresidente, dos Secretarios, de los Tesoreros y tres miembros del Consejo Fiscal, y nueve suplentes, electos de entre los Trabajadores Sociales, por vía directa, para un mandato de tres años, de acuerdo con las normas establecidas en Código Electoral aprobado por el foro instituido por el Art. 9º de esta ley.

Párrafo único: Las comisarías seccionales contarán con tres miembros efectivos: un Comisario, un Secretario y un Tesorero, y tres suplentes, elegidos de entre los Trabajadores Sociales del área de su jurisdicción, en las condiciones previstas en este artículo.

Art. 21. (Vetado).

Art. 22. El Consejo Federal y los Consejos Regionales tendrán legitimidad para actuar contra quienquiera que infrinja las disposiciones que digan a respecto a las prerrogativas, a la dignidad y al prestigio de la profesión de Trabajador Social.

Art. 23. Esta ley entra en vigor en la fecha de su publicación.



Art. 24. Se revocan las disposiciones en contrario y, en especial, la Ley nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

Brasilia, 7 de junio de 1993; 172º de la Independencia y 105º de la República.

ITAMAR FRANCO

Walter Barelli

# LEY N° 12.317, DE 26 DE AGOSTO DE 2010

Añade dispositivo a la Ley en el 8.662, de 7 de junio de 1993, para disponer sobre la duración del trabajo del Trabajador Social.

## EL PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA

Hago saber que el Congreso Nacional decreta y yo sanciono la siguiente Ley:

Art. 1° La Ley en el 8.662, de 7 de junio de 1993, pasa a vigorar aumentada del siguiente Art. 5°la:

“Art. 5°la. La duración del trabajo del Trabajador Social es de 30 (treinta) horas semanales.”

Art. 2° A los profesionales con contrato de trabajo en vigor en la fecha de publicación de esta Ley es garantizada la adecuación de la jornada de trabajo, vedada la reducción del salario.

Art. 3° Esta Ley entra en vigor en la fecha de su publicación. Brasília, 26 de agosto del 2010; 189° de la Independencia y 122° de la República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Carlos Lupi

José Gomes Temporão

Márcia Helena Carvalho Lopes



# CODE OF ETHICS OF THE SOCIAL WORKER

## Profession Regulation Law 8,662/1993

**NATIONAL COUNCIL OF SOCIAL WORK - (CFESS)  
CODE OF ETHICS OF THE SOCIAL WORKER\* - TRILINGUAL EDITION  
PROFESSION REGULATION LAW 8,662 / 1993**

\*Approved on March 13th, 1993 With changes introduced through CFESS  
Regulations No. 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011.

10th Edition - Reviewed and Updated

Text with adequacy of gender language, in accordance with the resolution of the  
39th CFESS/CRESS National Meeting

**TECHNICAL FILE - 1997 EDITION**

**Organization:** CFESS Press and Promotion Commission

**Visual programming and cover:** Márcia Carnaval - work "fardão", of Arthur Bispo do Rosário

**Revision:** José Eudes

**Code of Ethics Overhauling Commission (1996/1999):**

Beatriz Augusto Paiva [RJ], José Paulo Netto [RJ], Lucia Barroco [SP], Marlise  
Vinagre Silva [RJ] and Mione Apolinário Sales - RJ

**Legal advice:** Sylvia Helena Terra [SP]

**Legislative Advice:** Walter Bloise - RJ

**TECHNICAL FILE - 2019 TRILINGUE EDITION**

**Organization - International Relations Commission:** Tânia Diniz [coordinator],  
Daniela Neves, Franciele Piva, Joseane Couri and Neimy Batista. **Special counsel:**  
Cristina Abreu

**Communication Commission:** Lylia Rojas [coordinator], Daniela Neves, Daniela Castilho  
and Joseane Couri. Communication Department: Diogo Adjuto and Rafael Werkema

**Layout:** Ideorama

**Graphic design and cover:** Rafael Werkema - "fardão", by of Arthur Bispo do Rosário

Copyright © 1993/2019 by CFESS



**Address**

SHS Quadra 6 - Bloco E - Complexo Brasil 21

20º Andar - Sala 2001

ZIP CODE: 70322-915 - Brasília - DF

Phone.: (61) 3223-1652 - E-mail: cfess@cfess.org.br

Site: www.cfess.org.br

## Triennium Board 1990/1993

**President** Marlise Vinagre Silva (RJ)

**Vice-President** Umbelina Maria Urias Novais (PE)

**First Secretary** Laura R. M. F. Lemos Duarte (DF)

**Second Secretary** Eda G. de Barros Lima (DF)

**First Treasurer** Carlos Magno Nunes (RS)

**Second Treasurer** Valéria M. de Massarani (GO)

### AUDITCOMMITTEE

Maria Isabel Nobre Fernandes (SP), Clarissa Andrade Carvalho (SE) e Maria Lúcia da Fonseca (RN)

### DEPUTIES

Maria Inês Bertão (SP)

Dilséa Adeodata Bonetti (SP)

Maria Carmelita Yazbek (SP)

Maria da Graça Soares Prola (AM)

Lina Sandra Ferreira de Lemos (MG)

Célia Maria Campos (SC)

Eliana de Oliveira (GO)

## Triennium Board 1996/1999

**President** Valdete de Barros Martins (MS)

**Vice-President** Hilda Correa de Oliveira (RJ)

**First Secretary** Ana Lúgia Gomes (DF)

**2nd Secretary** Maria Elizabeth Santana Borges (BA)

**First Treasurer** Beatriz Augusto de Paiva (SC)

**Second Treasurer** Zenite da Graça Boguea Freitas (DF)

### AUDITCOMMITTEE

Luziele Maria de Souza Tapajós (SC), Ieda Maria Nobre de Castro (CE) e Carlos Alberto Maciel (PA)

### DEPUTIES

Maria Lúcia da Silva Barroco (SP)

Mione Apolinário Sales (RJ)

Claudinéa Ferreira Jacinto (MG)

Cláudia Maria L'Amour da Silva Pereira (PE)

Elaine Rossetti Behring (RJ)

Marta Borba Silva (RS)

Maisa Miralva da Silva (GO)

Israïld Giacometti Chinali (SP)

Ana Maria Arreguy Mourão (MG)

## Triennium Board 2017/2020

### It is from battles that one lives the life!

**President** Josiane Soares Santos (SE)

**Vice-President** Daniela Neves (RN)

**1st Secretary** Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)

**2nd Secretary** Daniela Möller (PR)

**First Treasurer** Cheila Queiroz (BA)

**Second Treasurer** Elaine Pelaez (RJ)

### AUDITCOMMITTEE

Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

### DEPUTIES

Solange da Silva Moreira (RJ)

Daniela Ribeiro Castilho (PA)

Régia Prado (CE)

Magali Régis Franz (SC)

Lylia Rojas (AL)

Mauricleia Santos (SP)

Joseane Couri (DF)

Neimy Batista da Silva (GO)

Jane Nagaoka (AM)

# INTRODUCTION TO THE TRILINGUE EDITION (2019)

The initiative to translate the Ethical Code of Social Workers to the English language and Spanish was motivated by the importance to affirm, beyond Brazilian frontiers, the historical orientation of a profession that has a project ethical political socially driven based on emancipatory principal's and values.

In that direction, we want to socialize this normative ethical instrument with the aim to reinforce and contribute to the political agenda of the professional work of the man and woman social worker, whose critical direction work in the field of resistance and the fight for the freedom and political rights of workers class.

It is due to register that, if Ethical Code materialize the professional ethical and political, on the other hand expresses the legacy of brazilian social workers that, despite the contradictions of capital sociability , have the courage and utopia to fight for a formation and professional practice with quality and affirm commitment and responsibilities of which fundaments emancipatory and ethical sustain the denial of situations that reproduce inequalities and several types of exploitation, oppression, discrimination and violence.

Brasilia, June 2019

Federal Council of Social Work - CFESS

Management 'It is of battles that one lives the life' (2017-2020)

# INTRODUCTION TO THE 2011 EDITION

This edition of the Code of Ethics of the Social Worker and of the Law 8662/93, revised and expanded, incorporates the debated and approved changes of the Code at the 39th CFESS/CRESS National Meeting, held in September, 2010 in the city of Florianópolis (SC), and includes the modifications in the Profession Regulation Law, resulting from the enactment of the Law 12,317/10, which established a 30-hour work week without wage reduction for social workers.

The changes made in the Code of Ethics we now publish adjust to the formal and substance corrections, as consigned by the CFESS Regulation 594 of January 21, 2011, published on the Federal Official Journal on January 24 of this year.

The formal corrections concern the incorporation of the new orthographic rules of the Portuguese language, as well as the consecutive numbering of the fundamental principles of the Code and, also, the recognition of the gender language, adopting throughout the text the male and female form simultaneously. The latter expresses, beyond the formal changes, a political stance, aiming at contributing for the denial of language sexism, mainly because most of social workers are women.

From the substance point of view, the changes are related to the nomenclature modification, replacing the term “sexual option” by “sexual orientation”, including “gender identity” into principle XI, when referring to social work practice without being discriminated against, nor discriminating against others for this condition, besides other conditions previously expressed in the text. These changes are of utmost importance, once they reaffirm principles and values of our Ethical-Political Project and incorporate advances in the discussions about LGBT population rights for free sexual orientation and expression. Therefore, the

alterations here expressed are a result of discussions under the scope of the CFESS/CRESS Group, especially on themes like ethics and human rights.

These normative instruments, once again introduced, are the materialization of the professional Ethical-Political Project built over the last 30 years deep within the category, considering they were made to give legal support to the professional practice of the social workers, but are not limited to this dimension. On the contrary, they strengthen and support the professional actions towards a project in defense of the interests of the working class and that relates to other social subjects in the construction of an anti-capitalist society.

Brasília, January of 2011

National Council of Social Work - (CFESS)

Critical Attitude to Fight Further Management (2008/11)



# INTRODUCTION TO THE 1996 EDITION

This new edition of the Professional Code of Ethics and the Profession Regulation Law (Law 8662/93), revised and expanded, seeks to consider the inclusion of the changes related to the CFESS Regulation No. 333/96, which can be observed in the Article 25 of the Code of Ethics, in accordance with the resolution of the XXV CFESS/CRESS National Meeting (September of 1996 - Fortaleza/CE).

In this new edition we also intended to introduce the new visual programming of this normative instrument, which may provide a more complete and immediate perception of the valuable content that arise from the articles, items and subitems gathered here.

Thus, the cover design is not at all random. The legendary figure of Arthur Bispo do Rosário means a tribute from the CFESS to each user of the social works and policies, on behalf of respect, quality and responsibility in terms of the principles consolidated into this Code that our professional ethics intends to ensure. The image of the Bispo aims at recognizing and praising the efforts of the several social, political and professional segments that mobilizes for the ethical commitment to freedom, equity and democracy.

National Council of Social Work - (CFESS)

1996/99 Management

# CFESS REGULATION NO 273 OF MARCH 13 1993

## **Establishes the Professional Code of Ethics of the Social Worker and takes other measures.**

The President of the National Council of Social Work - CFESS, exercising the legal and regimental powers invested in her, and according to the Full Board's resolution, in ordinary meeting, held in Brasília, on March 13, 1993.

Whereas the assessment of the Social Work category and entities that the Code certified in 1986 has insufficiencies;

Whereas the specific demands for standardization of a Professional Code of Ethics and its real operationalization;

Whereas the commitment of the 90/93 CFESS management as to the Code of Ethics revision needs;

Whereas the stance widely taken by the category that the political achievements expresses in the 1986 Code must be preserved;

Whereas the advances of the last years in the debates and productions about the ethical matters, as well as the accumulation of existing reflections on the matter;

Whereas the necessity for the creation of new ethical values, based on a broader definition, of commitment to the users, based on freedom, democracy, citizenship, justice and social equity;

Whereas the XXI CFESS/CRESS National Meeting ratified the National Council of Social Work overhaul proposal;

DECIDES:

Article 1 Institute the annexed Professional Code of Ethics of the social worker

Article 2 The National Council of Social Work - CFESS shall include on the Professional ID Card the full content of the Code of Ethics.

Article 3 Determine that the National and the Regional Council of Social Workers promote the Code of Ethics immediately and widely.

Article 4 The present Regulation takes effect upon its publication on the Federal Official Journey, revoking contrary dispositions, especially, the CFESS Regulation No. 195/86, of 05.09.86.

Brasília, March 13, 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA

A.S. CRESS No. 3578 7ª Região/RJ CFESS President

# INTRODUCTION

The recent history of the Brazilian society, polarized by the struggle of the democratic sectors against the dictatorship and, afterward, for the consolidation of the democratic freedom, provided a rich experience to all social subjects. Values and practices hitherto pushed aside (the defense of civil rights, the positive recognition of individual and social peculiarities, the respect to diversity, etc.) acquired a new status, deepening the range of citizenship claims. To this professional categories in particular, this experience repositioned the matters of its ethical-political commitment and of the quality evaluation of its services.

Through these decades, Social Work experienced, in Brazil, a deep renewal process. Through the inconsistent changes that took place in the Brazilian society, with the professional accumulation itself, the Social Work developed theoretically and practically, secularized, differed and, in the early 1980's, introduced itself as an academically recognized and socially legitimized profession.

The dynamics of this process, which led to the professional consolidation of Social Work, took shape in the form of theoretical achievements and practical gains that came to uncover a diverse professional universe. In the field of reflection and ethical standardization, the 1986 Professional Code of Ethics was an expression of those achievements and gains, through two procedures: the negation of the traditional philosophical basis, clearly conservative, which guided the "neutrality ethics", and the assertion of a new worker profile, not a subordinate and executive agent anymore, but a theoretically, technically and politically competent professional.

Indeed, a professional project was built, one that, bound to a radically democratically social project, resized the insertion of Social Work in the Brazilian life, committing it to the historical interests of the working population mass. The maturity of this professional project, in addition to the changes occurring in the Brazilian society (notably the legal system embodied in the 1988 Constitution) started to demand a better explanation of the in-

herent sense of the 1986 Code. It meant reifying more thoroughly the implications of the principles achieved and shaped in that document, both to establish more precisely its ethical parameters and to allow their better instrumentalization in the everyday professional practice.

The necessity of revising the 1986 Code had been felt by the professional organism since the late 1980's. It was scheduled on the 1990/1993 CFESS management programmatic platform. It entered the agenda with the I National Ethics Seminar (August, 1991), passed by the VII CBAS (May, 1992) and peaked at the II National Ethics Seminar (November, 1992), comprising, besides the CFESS/CRESS group, the ABESS, the ANAS and the SESSUNE. The high participation level of social workers throughout the country ensures this new Code, produced in the milestone of the widest debate of the category, expresses the collective aspirations of the Brazilian professionals.

The revision of the 1986 text was done in two levels. Reaffirming its founding values - freedom and social justice -, articulating them from the democratic experience: democracy is taken as a core ethical-political value, inasmuch as it is the only social-political organization pattern capable of assuring the clarification of basic values: freedom and equity. It is, moreover, what favors the transcendence of the real boundaries that the bourgeois order imposes to the full development of citizenship, of social and individual rights and security and of the tendencies to autonomy and social self-management. Secondly, the standardization of the professional practice was specified in a way to allow such values to be retranslated into the relationship between social workers, institutions/organizations and the population, safeguarding professional rights and duties, the service quality and the responsibility before the user.

The revision that followed, compatible with the spirit of the 1986 text, stemmed from the notion that ethics must be grounded on an ontology of the social being: values are determined by social practice, resulting from typified creative activity in the work process. It is through the work process that the social being arises, differs itself from the natural being, having teleological, projective, conscious capacity; it is through

this socialization that it puts itself as a being capable of freedom. This conception already contains in itself a society projection - one that provides workers with a full development for the invention and experience of new values, what, evidently, presumes the eradication of all exploitation, oppression and alienation processes. It is to the social project in there implied that the Social Work professional project is linked to - it worth seeing ethics as a theoretical-political assumption that refers to the confrontation of the contradictions posed to the profession, from a critical view, and theoretically based, of the ethical-political derivations of the professional action.

## FUNDAMENTAL PRINCIPLES

- I. Recognition of freedom as core ethical value and of its inherent political demands - autonomy, emancipation and full expansion of social beings;
- II. Resolute defense of human rights and refusal of authoritarianism;
- III. Expansion and consolidation of citizenship, considered a primary task of all the society, in order to ensure civil, social and political rights of the working classes;
- IV. Defense of the further development of democracy as socialization of the political participation and of the socially produced wealth;
- V. Positioning in favor of equity and social justice, which assures universality of access to good and services related to social programs and policies, as well as its democratic management;
- VI. Commitment to elimination of all sorts of prejudice, encouraging the respect to diversity, to the participation of socially prejudiced groups and to the discussion of differences;
- VII. Guarantee of pluralism through the respect to the existing democratic professional schools of thought and their theoretical expressions, and commitment to the constant intellectual improvement;
- VIII. The option for a professional project bound to the construction pro-

cess of a new social order, with no domination, class, ethnical and gender exploitation;

- IX. Articulation with the movements of other professional categories that share the principle in this Code and with general struggle of workers;
- X. Commitment to the quality of services rendered to the population and to the intellectual improvement, in the professional competence perspective;
- XI. Social Work practice without discrimination or being discriminated against, for the inclusion of social class, gender, ethnicity, religion, nationality, sexual orientation, gender identity, age and physical condition.

## TITLE I GENERAL PROVISIONS

### Article I The National Council of Social Work shall:

- a - protect the compliance of the principles and guidelines of this Code, inspecting the actions of Regional Councils and the practice of professionals, institutions and organizations in the Social Work field;
- b- introduce changes in this Code through a wide category participation, in a process developed together with Regional Councils;
- c- as Superior Court of Professional Ethics, establish jurisprudence on the compliance of this Code and the silent cases.

Sole paragraph The Regional Councils shall, under its respective jurisdiction, protect the compliance of the principles and guidelines of this Code, and act as a Trial Court.

## TITLE II

### RIGHTS AND GENERAL RESPONSABILITIES OF THE SOCIAL WORKERS

#### Article II Rights of the social worker:

- a - security and defense of his/her attributions and prerogatives, provided in the Profession Regulation Law and of the principles set forth in this Code;
- b - free practice of the activities inherent to the Profession
- c - participation in the elaboration and management of the social policies, and in the formulation and implementation of social programs
- d - inviolability of the workplace and the respective files and documentation, ensured by the professional confidentiality.
- e - public retraction for offense that affects his/her professional honor;
- f - continuous professional improvement, using it for the principles of this Code;
- g - statement about matters of its expertise, especially when concerning subjects of public interest;
- h - great autonomy in the practice of Profession, not being compelled to render professional services incompatible with his/her attributions, positions or functions;
- i - freedom in realizing his/her studies and researched, guarded the rights of participation of individuals or groups involved in his/her works.

#### Article III Duties of the social worker:



- a - perform his/her professional activities efficiently and responsibly, following the current legislation;
- b - using his/her registration number at the Regional Council in his/her professional practice;
- c - abstain, in the professional performance, from practices that constitute censorship, curtailment of freedom, policing of behaviors, reporting their occurrence to the competent organs;
- d - participate in relief effort to the population in a state of public calamity, assisting and defending their interests and needs.

Article IV The social worker shall not:

- a - violate any precept of this Code, as well as of the Profession Regulation Law;
- b - practice and be complicit with unethical behavior, crimes or misdemeanors when rendering professional services, based on the principles of this Code, even if they are done by other professionals;
- c - accept institutional determination that hurts the principles and guidelines of this Code;
- d - collude with the illegal practice of the Profession, including interns who perform specific attributions replacing other professionals;
- e - allow or perform the supervision of a social work student in Public or Private Institutions that do not have among its employees a social worker who monitors directly the intern student;
- f - take responsibility for activity to which he/she is not personally and technically qualified;
- g - replace a professional who was dismissed for defending the principles of professional ethics, while the dismissal, termination or transference reasons remain;

- h - plead to himself/herself or to others job, position or function from a colleague;
- i - tamper with results and fake declarations about situations of studies he/she comes to have knowledge of;
- j - sign or publish in his/her name or in the name of others works of third parties, even if done under his/her guidance.

## **TITLE III**

### **PROFESSIONAL RELATIONS**

#### CHAPTER I

##### The Relations with the Users

Article V The social worker, in his/her relations with the users, shall:

- a - contribute to enable the effective participation of the users in institutional decisions;
- b - assure full information and debate about the possibilities and consequences of the situations presented, democratically respecting the users' decisions, even if they are contrary to the professionals' individual values and beliefs, as long as they do not contradict the principles in this Code;
- c - democratize information and access to the programs made available in the institutional space, as one of the essential mechanisms to the users' participation;
- d - return to the users the information collected in studies and researches, in a way that they may use them to strengthen their interests;
- e - inform the users about the application of researches and recorded material related to them and the how the collected data was systematized;

- f - provide the users, when requested, information regarding the work developed by the Social Work and its conclusions, respecting professional secrecy;
- g - contribute to the creation of mechanisms that may eventually reduce the bureaucracy in the relation with the users, aiming at speed and improvement of the services;
- h - clarify the users, in the beginning of the work, about the objectives and the range of his/her professional practice.

Article VI The social worker shall not:

- a - exercise his/her authority in order to restrict or curb the user's right to freely participate and decide about his/her interests;
- b - take advantage of situations connected to the relation social worker-user for personal gains or of others;
- c - block the users' access to the services offered by the institutions through attitudes that may coerce or disrespect those who seek their rights.

## **CHAPTER II**

### **Relations with the Employing Institutions and others**

Article VII Rights of the social worker:

- a - decent working conditions, be it at a public or private entity, in order to ensure the quality of the professional practice;
- b - free access to the users;
- c - access to institutional information that concern social programs and policies and that are necessary to the full exercise of the professional attributions;
- d - integrate cross-disciplinary commissions of ethics at the professional's working place, regarding not only the assessment of

professional conduct, but also the decisions about the institutional policies.

Article VIII Duties of the social worker:

- a - program, administer, execute and review the institutionally assured social work;
- b - report faults in regulations, norms and programs of the institution where he/she works when they hurt principles and guidelines of this Code, involving, if necessary, the Regional Council;
- c - contribute to the change of the institutional correlation of forces, supporting legitimate demands that benefit the users;
- d - strive to enable the users' social rights through social programs and policies;
- e - allot with transparency the funds under his/her responsibility, according to the collective interests and needs of the users.

Article XIX The social worker shall not:

- a - let firms, organizations or companies use his/her name and professional register to simulate effective practice of the Social Work;
- b - use or allow influence peddling to obtain employment, disrespecting civil-service examination or recruitment processes;
- c - use institutional resources (personal or financial) for partisan, electoral or clientelist ends.

## **CAPÍTULO III**

### **Relations with Social Workers and other Professionals**

Article X Duties of the social worker:

- a - show solidarity with other professionals, without, however, evading reporting acts contrary to the ethical postulates in this Code;

- b - give his replacement essential information for the continuity of his/her work;
- c - mobilize his/her functional manager, when occupying a managerial position, for the subordinate's workload release, for the purpose of study and research that aim at professional improvement, as well as of representation and delegation of the category organization entity and others, providing everyone with equal opportunity;
- d - foster, whenever possible, the cross-disciplinary professional practice;
- e - respect the ethical norms and principles of other professions;
- f - when express public criticism to coworker and other professionals, always do it objectively, constructively and verifiably, taking full responsibility.

Article XI The social worker shall not:

- a - intervene in another professional's service rendering, except when asked for by the latter; in case of urgency, followed by immediate report to the professional; or when in a multiprofessional work and intervention is part of the adopted methodology;
- b - take advantage of managerial position for discriminatory action and abuse of power;
- c - connive at ethical flaws in accordance with the principles in this Code and with technical flaws caused by a social worker or another professional;
- d - deliberately harm other professional's work and reputation.

## CHAPTER IV

### **Relations with Class Association and other Civil Society organizations**

XII Rights of the social worker:

- a - participate in scientific societies and class associations and organizations that have the purpose of, respectively, produce knowledge, defend and inspect the professional practice;
- b - support and/or participate in social movements and popular organizations bound to the fight for the consolidation and expansion of democracy and other citizenship rights.

Article XIII Duties of the social worker:

- a - report to the Regional Council the public or private institutions where work conditions are improper or may harm users or professionals;
- b - report, in professional practice, to the class associations, the authorities and the competent bodies cases of violation of Law and of Human Rights, with respect to: corruption, abuse, torture, lack of minimum conditions of survival, discrimination, prejudice, individual and institutional abuse of power, any form of aggression or lack of respect to the citizen's physical, social and mental integrity;
- c - respect the autonomy of the popular movements and the working class associations.

Article XIV The social worker shall not take advantage of his/her position at the management of a class association to obtain personal gain, directly or through others.

## CHAPTER V

### Professional Secrecy

Article XV The social worker is entitled to professional secrecy.

Article XVI Secrecy protects the user regarding all knowledge the social worker acquires due to his/her professional practice.

Sole paragraph: at a multidisciplinary work only strictly necessary information may be provided.

Article XVII The social worker shall not reveal his/her professional secrecy.

Article XVIII Breach of secrecy is only admissible in situations in which severity may, involving or not a criminal fact, bring harm to the interests of the user, a third-party or the collectivity.

Sole paragraph Revelation is limited to what is strictly necessary, regarding either the subject revealed or the rank and number of people that need to come to such knowledge.

## CHAPTER VI

### Relations of the Social Worker with the Justice Article XIX Duties of the social worker:

- a - submit to justice, when called in the capacity of expert or witness, the conclusions of his/her report or testimony, without overstepping his/her professional competence and violating the ethical principles in this Code;
- b - come before competent authority, when called to testify, to declare that he/she is compelled to keep professional secrecy in the terms of this Code and the current Legislation.

Article XX The social worker shall not:

- a - testify on the user's confidential information of which he/she know due to professional practice, even when authorized;
- b - accept acting as an expert or in the production of expert evidence when situation is not within his/her field of expertise or professional competence, or when breaching the legal provisions related to conflict of interest.

## **TITLE IV**

### **Compliance, Penalties and Application of this Code**

Article XXI Duties of the social worker:

- a - comply with and enforce this Code;
- b - report to the Social Work Regional Council, through grounded report, any form of irregular professional practice, violation of the principles and guidelines in this Code and the Legislation;
- c - inform, clarify and guide students, in teaching or supervision, as to the principles and norms in this Code.

Article XXII Disciplinary infractions:

- a - practice the Professions when prevented to do so, or facilitate, by any means, its practice to unregistered or prevented people;
- b - not follow, within the established deadline, determinations issued by Council entity or authority, within their boundaries, after duly notified;
- c - fail to pay, regularly, the annual fees and contributions owed to the Social Work Regional Council to which he/she is obliged;
- d - participate in institution that, having Social Work as the purpose, is not registered with the Regional Council;
- e - declare or submit declaration, false or altered document, before the National or Regional Council.



## Penalties

Article XXIII The infractions in this Code entail penalties, from fine to forfeiture of professional practice, pursuant to legal and/or regimental provisions.

Article XIV Applicable penalties:

- a - fine;
- b - reserved warning;
- c - public warning;
- d - suspension of professional practice;
- e - forfeiture of professional register.

Sole paragraph: Those who submit false evidence of the Council's requirements shall be removed from the CRESS staff.

Article XXV The penalty entails to the social worker the prohibition of professional practice throughout the country from thirty (30) days to two (2) years.

Sole paragraph: Suspension for lack of payment of the annual and other fees only cease with its full payment. Professional register may be forfeited after three (3) years or suspension.

Article XXVI The offender's professional records and the circumstances of the infraction shall be taken into consideration when applying the penalties.

Article XXVII Except in cases of extreme severity, which require application of stricter penalties, the imposition of penalties shall follow the gradation set forth in article XXIV

Article XXVIII For sentencing, violations regarding the following provisions are deemed specially severe:

article III - subitem c;

article IV - subitems a, b, c, g, i, j; article V - subitem b, f;

article VI - subitem a, b, c; article VIII - subitem b;

and article XIX - subitem a, b, c; article - subitem b, c, d;

article XIII - subitem b; article XIV;

article XVI;

article XVII;

Sole paragraph of article XVIII; article XIX - subitem b;

article XX - subitem a, b

Sole paragraph: Other violations not included in the head provision, once considered severe, shall have more severe penalties in accordance with article XXVI.

Article XXIX The reserved warning, with the exception of the provision in article XXXIII, is confidential. However, public warning, suspension and forfeiture become effective through publication on the Official Journal and another press medium, and displayed at the main office of the Regional Council where the reported professional is registered and at the CRESS Sectional Authority in the domicile's jurisdiction.

Article XXX The Regional Council shall enforce the decisions rendered in the disciplinary processes.

Article XXXI Party may file a suspensive appeal with the CFESS for any penalty imposed.

Article XXXII The punishability of the social worker, due to fault subject to ethical and disciplinary process, is barred by the statute of limitations in five (5) years, from the check date of the act.

Article XXXIII The enforcement of the reserved warning, in case the sanctioned professional is not found or he/she, after two notices, does not appear within the established deadline to take the penalty, shall be made public.

§1 The fine, even if the sanctioned professional appears to have knowledge of the decision, shall be published in the term of article XXIX in this Code, if it is not duly paid within thirty (30) days, without prejudice of judicial collection.

§2 In case of forfeiture of the professional practice, in addition to the notices by publication and the reports made to the competent authorities interested in the matter, the sanctioned professional's Professional ID Card and License shall be confiscated.

Article XXXIV Fine ranges from the correspondent value of one annual fee to tenfold.

Article XXXV Doubts regarding the compliance of this Code and the omitted cases shall be clarified by the Social Work Regional Councils “ad referendum” of the National Council of Social Work, which shall establish precedents.

Article XXXVI This Code shall enter into effect on the date of its publication on the Federal Official Journey, revoking any contrary dispositions.

Brasília, March 13, 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA

President of CFESS

Published on the Federal Official Journey No 60, of 03.30.93, Section I, pages 4,004 to 4,007 and altered by CFESS Regulation No 290, published on the Federal Official Journey on February 11, 1994.

# LAW NO 8,662, JUNE 7, 1993

It provides for the Social Worker profession and other measures

## THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC

I hereby make known that the National Congress has decreed and I sanction the following law:

Article 1 The Social Work professional practice is free throughout the national territory, respecting the provisions set forth in this law.

Article 2 The Social Work professional may only be practiced by:

- I - Those who have a graduation diploma in Social Work, officially recognized, issued by an existing higher education institution in the Country, duly registered with the competent authority;
- II - those who have a higher education diploma in Social Work (graduation or equivalent), issued by an education institution based in foreign countries, with or without an agreement with the Brazilian government, provided that it is duly revalidated and registered with the competent authority in Brazil;
- III - the social agents, irrespective of his/her designation with functions in the public institutions, in accordance with what is provided in article 14 and its sole paragraph in Law No 1,889, of June 13, 1953.

Sole paragraph: The Social Work professional practice requires previous registration with the competent Regional Councils in its area of operation in the terms of this law.

Article 3 The Social Worker professional title is exclusive of those who are qualified according to the current legislation.

Article 4 Competences of the Social Worker:

- I - elaborate, implement, execute and assess political policies togeth-

er with the government, in any form of agency, companies, entities and popular organizations;

II - elaborate, coordinate, execute and assess plans, programs and projects that are comprised in the area of operation of the Social Work with the participation of civil society;

III - take action, and render social orientation to individuals, groups and the population;

IV - (Vetoed);

V - guide individuals and groups of different social segments with the intention of identifying and using resources in the assistance and defense of their rights;

VI - plan, organize and administrate benefits and Social Works;

VII - plan, execute and assess researches that may contribute to the analysis of the social reality and to the subsidy of professional actions;

VIII - provide assistance and counseling to governmental bodies, private companies and other entities regarding the matters provided in the item II of this article;

IX - provide assistance and counseling to the social movements regarding social policies, defense and enforcement of collective civil, political and social rights;

X - planning, organization and administration of Social Work and of the Social Work Unit;

XI - conduct socioeconomic studies with the users for the purpose of social benefits and services with governmental bodies, private companies and other entities.

Article 5 Exclusive attributions of the Social Worker:

I - coordinate, elaborate, execute, supervise and assess studies, researches, plans, programs and projects in the Social Work area;

- II - plan, organize and administrate programs and projects at the Social Work Unit;
- III - assistance and counseling to governmental bodies, private companies and other entities with regards to Social Work;
- IV - conduct inspections, technical evidence, expert and court-appointed opinions and information on Social Work matters;
- V - take, in Social Work teaching, both in undergraduate and graduate studies, subjects and functions that require his/her own knowledge and acquired through regular education;
- VI - direct training, assessment and supervision of the Social Work interns;
- VII - direct and coordinate the undergraduate and graduate Social Work Courses and Education Units;
- VIII - direct and coordinate Social Work associations, nuclei, study and research centers;
- IX - prepare exams, chair and participate in boards of examination and in judging commissions of civil-service examination and other recruitment forms for the selection of Social Workers, or where Social-Work-related knowledge is assessed;
- X - coordinate seminars, meetings, congresses and similar events about Social Work matters;
- XI - inspect the professional practice through the National and Regional Councils;
- XII - direct Social Work technical services with public and private entities;
- XIII - occupy financial management managerial and inspection positions and functions at class association bodies and entities.

Article 5-A. The Social Worker's working time is of thirty {30} hours a week. (Added by Law No 12,317, of 2010).

Article 6 Current denominations of the National Council of Social Workers (CFAS) and of the Regional Councils of Social Workers (CRAS) are altered to, respectively, National Council of Social Work (CFESS) and Social Work Regional Councils \*(CRESS).

Article 7 The National Council of Social Work (CFESS) and the Social Worker Regional Councils (CRESS) constitute, as a whole, an entity with legal personality and federative form, with the essential purpose of regulating and defending the professional practice of Social Work throughout the national territory.

- 1 The Social Work Regional Councils (CRESS) have administrative and financial autonomy, without prejudice to their bind to the National Council, in the terms of the current legislation.
- 2 The National Council of Social Work (CFESS) and the Social Work Regional Councils (CRESS) shall represent, in court and out, the general and individual interests of the Social Workers, in compliance with this law.

Article 8 The National Council of Social Work (CFESS), as a higher education rulemaking entity, shall perform the following attributions:

- I - guide, regulate, rule, inspect and defend the professional practice of Social Work, together with CRESS;
- II - assist the CRESS whenever needed;
- III - approve the CRESS bylaws at the CFESS/CRESS ultimate deliberation forum;
- IV - approve the Social Workers Professional Code of Ethics with the CRESS at the CFESS/CRESS ultimate deliberation forum;
- V - act as a Superior Court of Professional Ethics;
- VI - judge, as a court of last resort, the appeals against sanctions imposed by the CRESS;

VII - establish professional registration systems;

VIII- provide technical-advisory assistance to public and private entities regarding Social Work;

IX - (Vetoed).

Article 9 The ultimate deliberation forum of the professions, for the purpose of this law, occurs at the joint meetings of the National and Regional Councils, which shall establish the boundaries of its competence and its summoning form.

Article 10. The CRESS, in its specific competence, in the quality of executive body and trial court, shall perform the following attributions:

I - organize and keep the professional records of the Social Workers and the register of the institutions and public and private social or philanthropic works;

II - inspect and regulate the professional practice of the Social Worker in the respective region;

III - issue professional Social Worker cards, establishing a correspondent fee;

IV - protect the compliance with the Professional Code of Ethics, acting as a Professional Ethics Regional Court;

V - impose the sanctions provided in the Professional Code of Ethics;

VI - establish, at a class meeting, the annual fees that shall be paid by the Social Workers;

VII - elaborate the respective bylaw and submit it to the examination and approval of the CFESS/CRESS ultimate deliberation forum.

Article 11. The National Council of Social Work (CFESS) has its main office in the Federal District.

Article 12. In each State and Territory capital and in the Federal District, there is a Social Work Regional Council (CRESS) named according to its



competence, which shall reach, respectively, the State's, the Territory's and the Federal District's.

- 1 In the States or Territories where the acting professionals cannot install a Regional Council, an Authority shall be constituted. Such Authority shall be subordinated to the Regional Council with the best communication, inspection and guidance conditions, consulted the regional body and certified by the National Council.
- 2 The Regional Councils may constitute, within their own regional competence, Sectional Authorities for the performance of their enforcement and trial-court attributions where they are installed, provided that the collection obtained with the local professionals may provided for and keep them.

Article 13. Registration with the Regional Councils subjects the Social Workers to the payment of compulsory contributions (annual fees), levies and other emoluments that are established in regulation issued by the National Council, in joint resolution of the Regional Councils.

Article 14. The Education Units shall register and communicate the competent Regional Councils the internship areas of their students and designate the Social Workers responsible for their supervision.

Sole paragraph: Only the Social Work students, under direct supervision of a Social Worker in good standing of his/her professional rights, may perform the Social Work internship.

Article 15. The expression Social Work shall not be used by any sort of legal entity that is not involved with the activities provided in the articles 4 and 5 in this law.

Sole paragraph: Any legal entity within the conditions set forth in this article have the deadline of ninety (90) days, from the date this law enters into effect, to process the necessary changes for its full compliance, being subject to the appropriate legal actions.

Article 16. The CRESS shall apply the following penalties to the offenders of this law:

- I - fine in the value that ranges from one to fivefold the current annual fee;
  - II - suspension from one to two years of professional practice to the Social Worker who, in his/her scope of action, fails to comply with the provisions in the Code of Ethics, considering the severity of the fault;
  - III - definitive registration cancellation, in the extremely severe cases or persistent recurrence.
- 1 Once there is proof of the active participation or connivance of companies, entities, institutions or individual firms in the violation of provisions in this law by professionals dependent on them, they shall also be subject to the fines herein set forth, proportionally to their responsibility, being subject to the appropriate legal actions.
  - 2 In case of recurrence in the same infraction within two years, the applicable fine shall be doubled.

Article 17. The Professional ID Card issued by the Social Work Regional Councils (CRESS) is considered a proof for the purpose of professional practice and also a Personal ID Card. It shall also have public faith throughout the national territory.

Article 18. The organizations that register with the CRESS will receive a certificate qualifying them to act in the Social Work field.

Article 19. The National Council of Social Work - (CFESS) is kept:

- I - by contributions, fees and emoluments collected by the CRESS, in a percentage defined by the ultimate deliberation forum set forth in the article 9 in this law.
- II - by donations and heritages; III - by other incomes.

Article 20. The National Council of Social Service (CFESS) and the Social Work Regional Councils (CRESS) have each nine effective members: President, Vice-President, two Secretaries, two Treasurers and three members of the Fiscal Council, and nine substitutes, directly elected among the Social Workers for a term of three years, in accordance with the norms provided in the Electoral Code approved by the forum instituted in the article 9 in this law.

Sole paragraph: The Sectional Authorities have three effective members: a Director, a Secretary and a Treasurer, with three substitutes, elected among the Social Workers in the area of competence, under the same conditions set forth in this article.

Article 21. (Vetoed).

Article 22. The National and Regional Councils have legitimacy to act against any person who violates the provisions relating to prerogatives, the dignity and the prestige of the Social Worker profession.

Article 23. This law enters into effect on the date of its publication.

Article 24. Contrary provisions are revoked and, especially, the Law No 3,252, of August 27, 1957.

Brasília, June 7, 1993; 172nd of the Independence and 105th of the Republic.

ITAMAR FRANCO

Walter Barelli

# LAW NO 12,317, AUGUST 26, 2010

It adds provisions to the Law No. 8,662, of June 7, 1993, to dispose of the working time of the Social Worker.

## THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC

I hereby make known that the National Congress has decreed and I sanction the following law:

Article 1 The Law No. 8,662, of June 7, 1993, enters into effect added by the following article. 5-A:

Article 5-A. The Social Worker's working time is of thirty (30) hours a week.

Article 2 To the professionals with a working contract in effect on the date of publication of this law it is assure the adjustment of the working time, being the pay cut forbidden.

Article 3 This law enters into effect on the date of its publication. Brasília, August 26, 2010; 189th of the Independence and 122nd of the Republic.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Carlos Lupi

José Gomes Temporão

Márcia Helena Carvalho Lopes



A iniciativa de traduzir o Código de Ética do/a Assistente Social para as línguas inglesa e espanhola foi motivada pela importância de reafirmar, para além das fronteiras brasileiras, sua atualidade histórica na orientação de uma profissão que tem um projeto ético político, e cuja direção social está alicerçada em princípios e valores emancipatórios. Nesse sentido, queremos socializar este instrumento normativo ético com o objetivo de fortalecer e contribuir com a agenda política do trabalho profissional do/a assistente social, cuja direção crítica coloca-se no campo da resistência e da luta pela liberdade e pelos direitos e na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

La iniciativa de traducir el Código de Ética del/de la Trabajador/a Social para los idiomas inglés y castellano fue motivada por la importancia de reafirmar, más allá de las fronteras brasileñas, su actualidad histórica en la orientación de una profesión que tiene un proyecto ético-político, y cuya dirección social está fundamentada en principios y valores emancipatorios. En ese sentido, queremos socializar este instrumento normativo ético con el objetivo de fortalecer y contribuir con la agenda política del trabajo profesional de trabajadores/as sociales, cuya dirección crítica se ubica en el campo de la resistencia y de la lucha por la libertad y por los derechos y en la defensa de los intereses de la clase trabajadora.

The initiative to translate the Ethical Code of Social Workers to the English language and Spanish was motivated by the importance to affirm, beyond Brazilian frontiers, the historical orientation of a profession that has a project ethical political socially driven based on emancipatory principal's and values. In that direction, we want to socialize this normative ethical instrument with the aim to reinforce and contribute to the political agenda of the professional work of the man and woman social worker, whose critical direction work in the field of resistance and the fight for the freedom and political rights of workers class.



[www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)